Informações Financeiras Intermediárias

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Em 31 de março de 2025 e relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias



	LANÇO PATRIMONIAL	
DEI	MONSTRAÇÃO DE RESULTADO	4
DEI	MONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES	5
DEI	MONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	6
DEI	MONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEI	MONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8
NO	TAS EXPLICATIVAS	9
1.	Base de apresentação	9
2.	Práticas contábeis materiais	9
3.	Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	10
4.	Receita de vendas	11
5.	Custos e despesas por natureza	12
6.	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	13
7.	Resultado financeiro líquido	13
8.	Informações por Segmento	14
9.	Contas a receber	16
10.	Estoques	17
11.	Fornecedores	17
12.	Tributos	18
13.	Benefícios a empregados	20
14.	Processos judiciais e contingências	24
15.	Provisão para desmantelamento de áreas	31
16.	Outros ativos e passivos	31
17.	Imobilizado	32
18.	Intangível	34
19.	Redução ao valor recuperável dos ativos (<i>Impαirment</i>)	34
20.	Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gásgás de petróleo e gás	35
21.	Investimentos	36
22.	Vendas de ativos e outras operações com ativos	37
23.	Financiamentos	38
24.	Arrendamentos	40
25.	Patrimônio líquido	41
26.	Gerenciamento de riscos financeiros	44
27.	Partes relacionadas	49
28.	Informações complementares à demonstração dos fluxos de caixa	53
29.	Eventos subsequentes	53
30.	Correlação entre as notas explicativas de 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025	54
	CLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS E RELATÓRIOS SOBRE A REVISA	
	ORMAÇÕES TRIMESTRAIS	
Kel.	atório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR	56

			Consolidado		Controladora
Ativo	Notas	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa	3	26.960	20.254	7.140	3.134
Títulos e valores mobiliários	3	17.078	26.397	14.036	13.941
Contas a receber, líquidas	9	17.623	22.080	95.734	129.592
Estoques	10	42.779	41.550	37.408	36.774
Imposto de renda e contribuição social	12	2.585	2.545	2.442	2.321
Impostos e contribuições	12	6.745	9.630	6.476	9.328
Outros ativos	16	7.922	9.599	11.500	10.817
		121.692	132.055	174.736	205.907
Ativos classificados como mantidos para venda	22	3.161	3.157	3.460	3.455
Ativo circulante		124.853	135.212	178.196	209.362
Contas a receber, líquidas	9	5.808	7.777	5.158	6.964
Títulos e valores mobiliários	3	4.806	3.605	4.806	3.605
Depósitos judiciais	14	75.078	72.745	74.552	72.282
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	5.646	5.710	-	_
Impostos e contribuições	12	23.449	22.301	22.844	21.742
Outros ativos	16	15.521	15.488	16.448	16.424
Ativo realizável a longo prazo		130.308	127.626	123.808	121.017
Investimentos	21	4.178	4.081	344.266	366.398
Imobilizado	17	875.273	843.917	888.982	858.561
Intangível	18	13.104	13.961	12.914	13.772
Ativo não circulante		1.022.863	989.585	1.369.970	1.359.748
Total do ativo		1.147.716	1.124.797	1.548.166	1.569.110

Fornecedores				Consolidado		Controladora
Financiamentos 23 15.865 15.887 121.275 106.522 Arrendamentos 24 50.764 52.896 53.145 54.952 Imposto de renda e contribuição social 12 28.342 8.671 4.676 4.121 Impostos e contribuições 12 20.531 20.336 20.149 19.895 Dividendos propostos 25 81 16.452 - 16.337 Provisão para desmantelamento de áreas 15 13.506 10.500 13.335 10.426 Benefícios a empregados 13 15.037 14.337 13.935 13.222 Outros passivos 16 13.980 13.5652 12.316 12.046 Passivos associados a ativos mantidos para venda 22 4.457 4.418 4.457 4.418 Passivos circulante 173.828 194.808 277.746 281.677 Financiamentos 23 120.986 127.539 412.393 478.198 Arrendamentos 23 120.986 127.539 <t< th=""><th>Passivo</th><th>Notas</th><th>31.03.2025</th><th>31.12.2024</th><th>31.03.2025</th><th>31.12.2024</th></t<>	Passivo	Notas	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Arrendamentos 24 50.764 52.896 53.145 54.952 Impostos de renda e contribuição social 12 8.342 8.671 4.676 4.127 Impostos contribuições 12 20.531 20.336 20.149 19.895 Dividendos propostos 25 81 16.452 - 16.334 Provisão para desmantelamento de áreas 15 13.506 10.500 13.435 10.426 Benefícios a empregados 13 15.037 14.337 13.933 13.222 Outros passivos 16 13.980 13.652 12.316 12.049 Passivos associados a ativos mantidos para venda 22 4.457 4.418 4.457 4.418 4.457 4.418 4.457 4.418 4.457 4.418 4.457 4.418 4.457 4.418 4.457 4.418 4.457 4.418 4.457 4.418 4.457 4.418 4.457 4.418 4.657 4.528 4.258 4.258 4.258 4.258 4.258	Fornecedores	11	31.265	37.659	34.360	39.741
Imposto de renda e contribuição social 12 8.342 8.671 4.676 4.121 Imposto se contribuiçãos 12 20.531 20.336 20.149 19.893 Dividendos propostos 25 81 16.452 - 16.332 Provisão para desmantelamento de áreas 15 13.506 10.500 13.435 10.426 Beneficios a empregados 13 15.037 14.337 13.933 13.222 Outros passivos 16 13.990 13.652 12.316 12.045 Passivo circulante 169.371 190.390 273.289 277.255 Passivo circulante 173.828 194.808 277.746 281.677 Financiamentos 23 120.986 127.539 412.393 478.196 Arrendamentos 23 120.986 127.539 412.393 478.196 Arrendamentos 23 120.986 127.539 412.393 478.196 Arrendamentos 23 120.986 127.539 412.393 478.196	Financiamentos	23	15.865	15.887	121.275	106.522
Impostos e contribuições 12 20.531 20.336 20.149 19.895 Dividendos propostos 25 81 16.452 - 16.334 Provisão para desmantelamento de áreas 15 13.506 10.500 13.435 10.426 Benefícios a empregados 13 15.037 14.337 13.933 13.225 Outros passivos 16 13.980 13.652 12.316 12.045 Passivos associados a ativos mantidos para venda 22 4.457 4.418 4.457 4.418 Passivo circulante 173.828 194.808 277.746 281.677 Financiamentos 23 120.986 127.539 412.393 478.196 Arrendamentos 23 120.986 127.539 412.393 478.196 Arrendamentos 23 120.986 127.539 412.393 478.196 Arrendamentos 24 182.699 177.145 186.964 182.625 Imposto de renda e contribuição social diferidos 12 2.555 3.284 3.228 3.256 Imposto de renda e contribuição social diferidos 12 2.7565 9.100 32.714 4.254 Benefícios a empregados 13 67.188 66.082 65.766 64.715 Provisão para processos judiciais e administrativos 14 16.270 17.543 15.134 16.451 Provisão para desmantelamento de áreas 15 148.776 151.753 148.256 151.221 Outros passivos 16 9.546 10.029 10.124 10.706 Passivo não circulante 750.113 757.283 1.152.325 1203.106 Capital subscrito e integralizado 25 205.432 205.432 205.432 205.432 Reserva de capital, transações de capital e ações em tesouraria 3.106 (2.457) 3.322 (2.241) Reservas de lucros 25 80.630 95.193 89.414 94.977 Durtos resultados abrangentes 62.464 67.838 62.464 67.836 Atribuído aos acionistas da controladora 395.841 366.006 Atribuído aos acionistas não controladora 395.841 366.006 Atribuído aos aci	Arrendamentos	24	50.764	52.896	53.145	54.953
Dividendos propostos 25 81 16.452 - 16.334 Provisão para desmantelamento de áreas 15 13.506 10.500 13.435 10.426 Benefícios a empregados 13 15.037 14.337 13.933 13.232 Outros passivos 16 13.980 13.652 12.316 12.045 Passivos associados a ativos mantidos para venda 22 4.457 4.418 4.457 4.418 Passivo circulante 173.828 194.808 277.746 281.677 Financiamentos 23 120.986 12.759 4.12.393 478.198 Arrendamentos 24 182.699 177.145 186.694 182.692 Imposto de renda e contribuição social 12 3.255 3.284 3.228 3.256 Imposto de renda e contribuição social diferidos 12 27.565 9.100 32.714 14.256 Benefícios a empregados 13 6.182 6.082 65.766 66.718 Provisão para desmantelamento de áreas 15	Imposto de renda e contribuição social	12	8.342	8.671	4.676	4.121
Provisão para desmantelamento de áreas 15 13.506 10.500 13.435 10.426 Benefícios a empregados 13 15.037 14.337 13.933 13.222 Outros passivos 16 13.980 13.652 12.316 12.045 Passivos associados a ativos mantidos para venda 22 4.457 4.418 4.457 4.418 Passivo circulante 173.828 194.808 277.746 281.677 Financiamentos 23 120.986 127.539 412.393 478.198 Arrendamentos 24 182.699 177.145 186.964 182.625 Imposto de renda e contribuição social diferidos 12 2.7555 9.100 32.714 142.55 Benefícios a empregados 13 67.188 66.082 65.766 64.716 Provisão para processos judiciais e administrativos 14 16.270 17.543 151.231 16.451 Provisão para processos judiciais e administrativos 14 16.270 17.543 151.227 151.227 Provisã	Impostos e contribuições	12	20.531	20.336	20.149	19.895
Benefícios a empregados 13 15.037 14.337 13.933 13.222 Outros passivos 16 13.980 13.652 12.316 12.046 Passivos associados a ativos mantidos para venda 22 4.457 4.418 4.457 4.418 Passivo circulante 173.828 194.808 277.746 281.677 Financiamentos 23 120.986 127.539 412.393 478.198 Arrendamentos 24 182.699 177.145 186.964 182.625 Imposto de renda e contribuição social 12 3.255 3.284 3.228 3.256 Imposto de renda e contribuição social diferidos 12 27.565 9.100 32.714 14.256 Benefícios a empregados 13 67.188 66.082 65.766 64.716 Provisão para desmantelamento de áreas 13 67.188 66.082 65.766 64.716 Provisão para desmantelamento de áreas 15 148.776 151.753 148.256 151.221 Qutros passivos 16 </td <td>Dividendos propostos</td> <td>25</td> <td>81</td> <td>16.452</td> <td>-</td> <td>16.334</td>	Dividendos propostos	25	81	16.452	-	16.334
Outros passivos 16 13,980 13,652 12,316 12,045 Passivos associados a ativos mantidos para venda 22 4,457 4,418 4,457 4,418 Passivo circulante 173,828 194,808 277,746 281,677 Financiamentos 23 120,986 127,539 412,393 478,196 Arrendamentos 24 182,699 177,145 186,964 182,692 Imposto de renda e contribuição social 12 3,255 3,284 3,228 3,258 Imposto de renda e contribuição social diferidos 12 27,565 9,100 32,714 14,254 Benefícios a empregados 13 67,188 66,082 65,766 64,716 Provisão para processos judiciais e administrativos 14 16,270 17,543 15,134 16,451 Provisão para desmantelamento de áreas 15 148,776 151,753 148,256 151,221 Outros passivos 16 9,546 10,029 10,124 10,706 Passivo circulante <	Provisão para desmantelamento de áreas	15	13.506	10.500	13.435	10.426
Reserva de capital, transações de capital e ações em tesouraria 169.371 190.390 273.289 277.255 277.255 277.255 275.255	Benefícios a empregados	13	15.037	14.337	13.933	13.222
Passivos associados a ativos mantidos para venda 22 4.457 4.418 4.45	Outros passivos	16	13.980	13.652	12.316	12.045
Passivo circulante 173.828 194.808 277.746 281.677 Financiamentos 23 120.986 127.539 412.393 478.198 Arrendamentos 24 182.699 177.145 186.964 182.625 Imposto de renda e contribuição social diferidos 12 3.255 3.284 3.228 3.256 Imposto de renda e contribuição social diferidos 12 27.565 9.100 32.714 14.254 Benefícios a empregados 13 67.188 66.082 65.766 64.716 Provisão para processos judiciais e administrativos 14 16.270 17.543 15.134 16.451 Provisão para desmantelamento de áreas 15 148.776 151.753 148.256 151.221 Outros passivos 16 9.546 10.029 10.124 10.706 Passivo não circulante 576.285 562.475 874.579 921.427 Passivo circulante e não circulante 750.113 757.283 1.152.325 1.203.104 Capital subscrito e integralizado 25			169.371	190.390	273.289	277.259
Financiamentos 23 120.986 127.539 412.393 478.198 Arrendamentos 24 182.699 177.145 186.964 182.625 Imposto de renda e contribuição social 12 3.255 3.284 3.228 3.256 Imposto de renda e contribuição social diferidos 12 27.565 9.100 32.714 14.254 Benefícios a empregados 13 67.188 66.082 65.766 64.716 Provisão para processos judiciais e administrativos 14 16.270 17.543 15.134 16.451 Provisão para desmantelamento de áreas 15 148.776 151.753 148.256 151.221 Outros passivos 16 9.546 10.029 10.124 10.706 Passivo não circulante 576.285 562.475 874.579 921.427 Passivo circulante e não circulante 750.113 757.283 1.152.325 1.203.104 Capital subscrito e integralizado 25 205.432 205.432 205.432 205.432 Reserva de capital, transaçõ	Passivos associados a ativos mantidos para venda	22	4.457	4.418	4.457	4.418
Arrendamentos 24 182.699 177.145 186.964 182.625 Imposto de renda e contribuição social 12 3.255 3.284 3.228 3.256 Imposto de renda e contribuição social diferidos 12 27.565 9.100 32.714 14.254 Benefícios a empregados 13 67.188 66.082 65.766 64.716 Provisão para processos judiciais e administrativos 14 16.270 17.543 15.134 16.457 Provisão para desmantelamento de áreas 15 148.776 151.753 148.256 151.221 Outros passivos 16 9.546 10.029 10.124 10.706 Passivo não circulante 576.285 562.475 874.579 921.427 Passivo circulante e não circulante 750.113 757.283 1.152.325 1.203.104 Capital subscrito e integralizado 25 205.432 205.432 205.432 205.432 205.432 205.432 205.432 205.432 205.432 205.432 205.432 205.432 205.432 205.432 205.432 205.432 205.432 205.432 205.	Passivo circulante		173.828	194.808	277.746	281.677
Arrendamentos 24 182.699 177.145 186.964 182.625 Imposto de renda e contribuição social 12 3.255 3.284 3.228 3.256 Imposto de renda e contribuição social diferidos 12 27.565 9.100 32.714 14.254 Benefícios a empregados 13 67.188 66.082 65.766 64.716 Provisão para processos judiciais e administrativos 14 16.270 17.543 15.134 16.457 Provisão para desmantelamento de áreas 15 148.776 151.753 148.256 151.221 Outros passivos 16 9.546 10.029 10.124 10.706 Passivo não circulante 576.285 562.475 874.579 921.427 Passivo circulante e não circulante 750.113 757.283 1.152.325 1.203.104 Capital subscrito e integralizado 25 205.432 205.432 205.432 205.432 205.432 205.432 205.432 205.432 205.432 205.432 205.432 205.432 205.432 205.432 205.432 205.432 205.432 205.432 205.	Financiamentos	23	120.986	127.539	412.393	478.198
Imposto de renda e contribuição social mosto de renda e contribuição social diferidos 12 3.255 3.284 3.228 3.256 Imposto de renda e contribuição social diferidos 12 27.565 9.100 32.714 14.254 Benefícios a empregados 13 67.188 66.082 65.766 64.716 Provisão para processos judiciais e administrativos 14 16.270 17.543 15.134 16.457 Provisão para desmantelamento de áreas 15 148.776 151.753 148.256 151.221 Outros passivos 16 9.546 10.029 10.124 10.706 Passivo não circulante 576.285 562.475 874.579 921.427 Passivo circulante e não circulante 750.113 757.283 1.152.325 1.203.104 Capital subscrito e integralizado 25 205.432 205.432 205.432 205.432 Reserva de capital, transações de capital e ações em tesouraria 3.106 (2.457) 3.322 (2.241) Reservas de lucros 25 89.630 95.193 89.414 94.977 Lucros acumulados 35.209 - 35.209 - 35.209 Outros resultados abrangentes 62.464 67.838 62.464 67.836 Atribuído aos acionistas da controladora 395.841 366.006 395.841 366.006 Patrimônio líquido 397.603 367.514 395.841 366.006 Patrimônio líquido 397.603 367.514 395.841 366.006						
Imposto de renda e contribuição social diferidos 12 27.565 9.100 32.714 14.254 Benefícios a empregados 13 67.188 66.082 65.766 64.716 Provisão para processos judiciais e administrativos 14 16.270 17.543 15.134 16.451 Provisão para desmantelamento de áreas 15 148.776 151.753 148.256 151.221 Outros passivos 16 9.546 10.029 10.124 10.706 Passivo não circulante 576.285 562.475 874.579 921.427 Passivo circulante e não circulante 750.113 757.283 1.152.325 1.203.104 Capital subscrito e integralizado 25 205.432 205.432 205.432 205.432 Reserva de capital, transações de capital e ações em tesouraria 3.106 (2.457) 3.322 (2.241) Reservas de lucros 25 89.630 95.193 89.414 94.977 Lucros acumulados 35.209 - 35.209 - Outros resultados abrangentes 62.464 67.838 62.464 67.838 Atribuído aos acionistas da controladora 395.841 366.006 395.841 366.006 Atribuído aos acionistas não controladores 1.762 1.508 - Patrimônio líquido 397.603 367.514 395.841 366.006 305.841 366.006 305.841 366.006 305.841 366.006 305.841 366.006 305.841 366.006 305.841 306.006 305.841 306.006 305.841 306.006 305.841 306.006 305.841 306.006 305.841 306.006 305.841 306.006 305.841 306.006 30						
Benefícios a empregados 13 67.188 66.082 65.766 64.716 Provisão para processos judiciais e administrativos 14 16.270 17.543 15.134 16.451 Provisão para desmantelamento de áreas 15 148.776 151.753 148.256 151.221 Outros passivos 16 9.546 10.029 10.124 10.706 Passivo não circulante 576.285 562.475 874.579 921.427 Passivo circulante e não circulante 750.113 757.283 1.152.325 1.203.104 Capital subscrito e integralizado 25 205.432						14.254
Provisão para processos judiciais e administrativos 14 16.270 17.543 15.134 16.451 Provisão para desmantelamento de áreas 15 148.776 151.753 148.256 151.221 Outros passivos 16 9.546 10.029 10.124 10.706 Passivo não circulante 576.285 562.475 874.579 921.427 Passivo circulante e não circulante 750.113 757.283 1.152.325 1.203.104 Capital subscrito e integralizado 25 205.432 <td< td=""><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td>64.716</td></td<>						64.716
Provisão para desmantelamento de áreas 15 148.776 151.753 148.256 151.221 Outros passivos 16 9.546 10.029 10.124 10.706 Passivo não circulante 576.285 562.475 874.579 921.427 Passivo circulante e não circulante 750.113 757.283 1.152.325 1.203.104 Capital subscrito e integralizado 25 205.432	, 3					16.451
Outros passivos 16 9.546 10.029 10.124 10.706 Passivo não circulante 576.285 562.475 874.579 921.427 Passivo circulante e não circulante 750.113 757.283 1.152.325 1.203.104 Capital subscrito e integralizado 25 205.432						151.221
Passivo não circulante 576.285 562.475 874.579 921.427 Passivo circulante e não circulante 750.113 757.283 1.152.325 1.203.104 Capital subscrito e integralizado 25 205.432						10.706
Capital subscrito e integralizado 25 205.432			576.285	562.475	874.579	921.427
Reserva de capital, transações de capital e ações em tesouraria 3.106 (2.457) 3.322 (2.241) Reservas de lucros 25 89.630 95.193 89.414 94.977 Lucros acumulados 35.209 - 35.209 - 35.209 - Outros resultados abrangentes 62.464 67.838 62.464 67.838 Atribuído aos acionistas da controladora 395.841 366.006 395.841 366.006 Atribuído aos acionistas não controladores 1.762 1.508 - - Patrimônio líquido 397.603 367.514 395.841 366.006	Passivo circulante e não circulante		750.113	757.283	1.152.325	1.203.104
Reserva de capital, transações de capital e ações em tesouraria 3.106 (2.457) 3.322 (2.241) Reservas de lucros 25 89.630 95.193 89.414 94.977 Lucros acumulados 35.209 - 35.209 - 35.209 - Outros resultados abrangentes 62.464 67.838 62.464 67.838 Atribuído aos acionistas da controladora 395.841 366.006 395.841 366.006 Atribuído aos acionistas não controladores 1.762 1.508 - - Patrimônio líquido 397.603 367.514 395.841 366.006	Capital subscrito e integralizado	25	205.432	205.432	205.432	205.432
Reservas de lucros 25 89.630 95.193 89.414 94.977 Lucros acumulados 35.209 - 35.209 - 35.209 - Outros resultados abrangentes 62.464 67.838 62.464 67.838 Atribuído aos acionistas da controladora 395.841 366.006 395.841 366.006 Atribuído aos acionistas não controladores 1.762 1.508 - - Patrimônio líquido 397.603 367.514 395.841 366.006	,		3.106	(2.457)	3.322	(2.241)
Outros resultados abrangentes 62.464 67.838 62.464 67.838 Atribuído aos acionistas da controladora 395.841 366.006 395.841 366.006 Atribuído aos acionistas não controladores 1.762 1.508 - - Patrimônio líquido 397.603 367.514 395.841 366.006		25	89.630		89.414	94.977
Atribuído aos acionistas da controladora 395.841 366.006 395.841 366.006 Atribuído aos acionistas não controladores 1.762 1.508 - - Patrimônio líquido 397.603 367.514 395.841 366.006	Lucros acumulados		35.209	-	35.209	_
Atribuído aos acionistas da controladora 395.841 366.006 395.841 366.006 Atribuído aos acionistas não controladores 1.762 1.508 - - Patrimônio líquido 397.603 367.514 395.841 366.006	Outros resultados abrangentes		62.464	67.838	62.464	67.838
Atribuído aos acionistas não controladores 1.762 1.508 - - - Patrimônio líquido 397.603 367.514 395.841 366.006			395.841	366.006	395.841	366.006
Patrimônio líquido 397.603 367.514 395.841 366.006	Atribuído aos acionistas não controladores					_
Total do passivo 1.147.716 1.124.797 1.548.166 1.569.110	Patrimônio líquido		397.603	367.514	395.841	366.006
	Total do passivo		1.147.716	1.124.797	1.548.166	1.569.110

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Períodos findos em 31 de março (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

			Consolidado	(Controladora
		2025	2024	2025	2024
	Notas	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar
Receita de vendas	4	123.144	117.721	121.652	115.376
Custo dos produtos e serviços vendidos	5	(62.435)	(57.020)	(63.233)	(55.913)
Lucro bruto		60.709	60.701	58.419	59.463
Despesas					
Vendas	5	(6.376)	(6.606)	(6.906)	(6.577)
Gerais e administrativas	5	(2.592)	(2.216)	(2.219)	(1.906)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	20	(1.811)	(670)	(1.739)	(666)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico		(1.179)	(908)	(1.179)	(908)
Tributárias		(722)	(695)	(358)	(361)
Reversão (perda), líquida, no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	19	(290)	45	(311)	66
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	6	(5.194)	(5.167)	(4.501)	(4.774)
		(18.164)	(16.217)	(17.213)	(15.126)
Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos		42.545	44.484	41.206	44.337
Resultado financeiro líquido	7	10.595	(9.579)	6.117	(13.857)
Receitas financeiras		1.737	2.736	3.211	2.480
Despesas financeiras		(5.744)	(5.310)	(12.350)	(9.047)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		14.602	(7.005)	15.256	(7.290)
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	21	495	(457)	5.296	3.811
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		53.635	34.448	52.619	34.291
Imposto de renda e contribuição social	12	(18.304)	(10.638)	(17.410)	(10.591)
Lucro líquido do período		35.331	23.810	35.209	23.700
Atribuível aos:					
Acionistas da Petrobras		35.209	23.700	35.209	23.700
Acionistas não controladores		122	110	-	-
Lucro líquido do período		35.331	23.810	35.209	23.700
Lucro básico e diluído por ação ON e PN (em R\$)	25	2,73	1,83	2,73	1,83

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

PETROBRAS

Períodos findos em 31 de março (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

			Consolidado	C	ontroladora
		2025	2024	2025	202
	Notas	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Ma
Lucro líquido do período		35.331	23.810	35.209	23.700
ltens que não serão reclassificados para o resultado:					
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	13	4	-	-	-
		4	-	-	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em investidas		-	-	4	-
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:					
Resultados não realizados com <i>hedge</i> de fluxo de caixa - exportações					
Reconhecidos no patrimônio líquido		28.940	(9.966)	28.940	(9.966
Transferidos para o resultado		4.228	3.452	4.237	3.42
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(11.277)	2.215	(11.280)	2.22
	26	21.891	(4.299)	21.897	(4.319
Ajustes de conversão em investidas ⁽¹⁾					
Reconhecidos no patrimônio líquido		(27.957)	8.984	(27.954)	8.98
		(27.957)	8.984	(27.954)	8.98
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em investidas					
Reconhecidos no patrimônio líquido	21	685	(44)	679	(24
		685	(44)	679	(24
Outros resultados abrangentes		(5.377)	4.641	(5.374)	4.64
Resultado abrangente total		29.954	28.451	29.835	28.340
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas da Petrobras		29.835	28.340	29.835	28.340
Acionistas não controladores		119	111	_	-
Resultado abrangente total		29.954	28.451	29.835	28.340

⁽¹⁾ No Consolidado, inclui efeito devedor de R\$ 1.041 (efeito credor de R\$ 284, em 31 de março de 2024), referente a coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PETROBRAS

Períodos findos em 31 de março (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

			Consolidado		Controladora
	Notas	31.03.2025	31.03.2024	31.03.2025	31.03.2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais Lucro líquido do período		35.331	23.810	35.209	23.700
Ajustes para:		33.33.	23.0.0	33.203	231,00
Resultado atuarial de planos de pensão e saúde	13	2.436	2.145	2.368	2.079
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	21	(495)	457	(5.296)	(3.811)
Depreciação, depleção e amortização	28	18.976	16.648	19.639	17.298
Perda (reversão), líquida, no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	19	290	(45)	311	(66)
Ajuste a valor realizável líguido	10	37	(216)	_	-
Perdas (reversões), líquidas, de crédito esperadas		(112)	151	(121)	121
Baixa de poços	20	1.202	248	1.202	248
Resultado com alienações e baixa de ativos	6	(324)	(806)	(317)	(648)
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros não realizados		(11.810)	9.561	(7.853)	12.609
Imposto de renda e contribuição social	12	18.304	10.638	17.410	10.591
Revisão e atualização financeira de desmantelamento de áreas		1.870	1.385	1.864	1.375
Resultado com acordo de coparticipação em áreas licitadas	6	(403)	(237)	(403)	(237)
Encerramento antecipado e alterações em pagamentos de contratos de		(100)	(237)	(100)	(237)
arrendamento	6	(905)	(342)	(903)	(341)
Perdas com processos judiciais, administrativos e arbitrais	6	1.163	1.398	1.064	1.339
Redução (aumento) de ativos					
Contas a receber		962	2.913	(6.805)	(3.361)
Estoques		(2.126)	(3.115)	(623)	(3.525)
Depósitos judiciais		(1.061)	(1.424)	(995)	(1.402)
Outros ativos		2.249	183	215	(84)
Aumento (redução) de passivos					,
Fornecedores		(3.243)	2.025	(2.171)	2.726
Impostos e contribuições		987	(2.530)	1.210	(2.539)
Planos de pensão e de saúde		(1.257)	(1.006)	(1.248)	(998)
Provisão para processos judiciais e administrativos		(2.211)	(389)	(2.194)	(379)
Outros benefícios a empregados		636	(292)	641	(334)
Provisão para desmantelamento de áreas		(1.073)	(1.304)	(1.062)	(1.253)
Outros passivos		(299)	(395)	(474)	(9)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(9.786)	(12.980)	(8.903)	(12.471)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais		49.338	46.481	41.765	40.628
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis		(23.297)	(14.049)	(22.867)	(13.910)
Reduções (adições) em investimentos		(1)	(4)	(73)	149
Recebimentos pela venda de ativos - Desinvestimentos		2.729	2.801	2.729	2.796
Compensação financeira por Acordos de Coparticipação		2.140	1.951	2.140	1.951
Resgates (investimentos) em títulos e valores mobiliários (1)		8.149	(7.260)	17.407	12.560
Dividendos recebidos ⁽²⁾		45	121	164	301
Recursos líquidos gerados (utilizados) nas atividades de investimentos		(10.235)	(16.440)	(500)	3.847
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Participação de acionistas não controladores		246	463	-	-
Financiamentos e operações de mútuo, líquidos:					
Captações	23	3.009	8	21.321	17.023
Amortizações de principal - financiamentos	23	(2.777)	(5.006)	(23.043)	(23.322)
Amortizações de juros - financiamentos ⁽²⁾	23	(2.948)	(2.932)	(6.272)	(5.901)
Amortizações de arrendamentos	24	(12.237)	(9.504)	(12.678)	(9.809)
Dividendos pagos a acionistas da Petrobras	25	(16.587)	(17.182)	(16.587)	(17.182)
Recompra de ações	25	-	(1.147)	-	(1.147)
Dividendos pagos a acionistas não controladores		(150)	(282)	-	-
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos		(31.444)	(35.582)	(37.259)	(40.338)
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		(953)	1.617	-	-
		6.706	(3.924)	4.006	4.137
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no período					
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no periodo Caixa e equivalentes de caixa no início do período		20.254	61.613	3.134	2.562

⁽¹⁾ Na Controladora, inclui valores referentes às movimentações da aplicação em recebíveis do FIDC-NP.
(2) A companhia classifica dividendos/juros recebidos e juros pagos como fluxo de caixa das atividades de investimentos e fluxo de caixa das atividades de financiamento, respectivamente.
As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PETROBRAS

Períodos findos em 31 de março (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

				0	utros resultados	ahrangontos					
	Capital subscrito (e integralizado	Reserva de capital, transações de capital e ações em tesouraria	Ajustes acumulados de conversão	Perdas atuariais com planos de benefícios definidos		Outros resultados abrangentes e custo atribuído	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
	205.432	(322)	79.846	(43.442)	(19.029)	(999)	158.955	-	380.441	1.899	382.340
Saldo em 1º de janeiro de 2024	205.432	(322)				16.376	158.955	-	380.441	1.899	382.340
Ações em tesouraria Transações de capital	-	(1.147)	-	-	-	-	-	-	(1.147)	- 463	(1.147) 463
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	23.700	23.700	110	23.810
Outros resultados abrangentes Dividendos prescritos	-	-	8.983	-	(4.299)	(44)	-	- 2	4.640 2	1 -	4.641 2
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(187)	(187)
Saldos em 31 de março de 2024	205.432	(1.469)	88.829	(43.442)	(23.328)	(1.043)	158.955	23.702	407.636	2.286	409.922
	205.432	(1.469)				21.016	158.955	23.702	407.636	2.286	409.922
Saldo em 1º de janeiro de 2025	205.432	(2.241)	161.659	(26.631)	(64.741)	(2.449)	94.977	-	366.006	1.508	367.514
Cancelamento de ações em tesouraria	-	5.563	-	-	-	-	(5.563)	-	-	-	-
Transações de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	247	247
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	35.209	35.209	122	35.331
Outros resultados abrangentes	-	-	(27.954)	4	21.891	685	-	-	(5.374)	(3)	(5.377)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(112)	(112)
Saldos em 31 de março de 2025	205.432	3.322	133.705	(26.627)	(42.850)	(1.764)	89.414	35.209	395.841	1.762	397.603
	205.432	3.322				62.464	89.414	35.209	395.841	1.762	397.603

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

PETROBRAS

Períodos findos em 31 de março (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

		Consolidado		Controladora
	31.03.2025	31.03.2024	31.03.2025	31.03.2024
Receitas				
Vendas de produtos e serviços e outras receitas	160.542	153.644	158.623	150.342
Reversões (perdas), líquidas, de crédito esperadas	112	(151)	121	(121)
Receitas relativas à construção de ativos para uso	19.170	13.105	18.980	12.975
Insumos adquiridos de terceiros	179.824	166.598	177.724	163.196
Matérias-primas e produtos para revenda	(23.149)	(24.939)	(21.052)	(21.872)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(28.883)	(19.635)	(31.735)	(20.903)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(11.435)	(9.320)	(11.851)	(9.788)
Reversão (perda), líquida, no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	(290)	45	(311)	66
neversuo (perua), ilgulaa, no valor de recuperação de ativos "impairment	(63.757)	(53.849)	(64.949)	(52.497)
Valor adicionado bruto	116.067	112.749	112.775	110.699
Depreciação, depleção e amortização	(18.976)	(16.648)	(19.639)	(17.298)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	97.091	96.101	93.136	93.401
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	495	(457)	5.296	3.811
Receitas financeiras	1.737	2.736	3.211	2.480
Aluguéis, royalties e outros	1.118	805	1.769	1.481
	3.350	3.084	10.276	7.772
Valor adicionado total a distribuir	100.441	99.185	103.412	101.173
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e administradores				
Remuneração direta				
Salários	5.034	4.593	4.471	4.095
Programas de remuneração variável	1.686	1.265	1.528	1.139
	6.720	5.858	5.999	5.234
Beneficios				
Vantagens	312	265	259	216
Plano de aposentadoria e pensão	1.107	1.084	1.071	1.053
Plano de saúde	1.847	1.465	1.759	1.384
	3.266	2.814	3.089	2.653
FGTS	358	329	327	301
T.1	10.344	9.001	9.415	8.188
Tributos Federais (1) (2)	44.007	75 110	47 710	75.077
Estaduais	44.007 14.535	35.119 14.586	43.312 14.329	35.037 14.432
Municipais	14.555	14.586	14.529	14.432
No exterior (1)	945	748	40	104
NO exterior * 7	59.631	50.677	57.681	49.573
Instituições financeiras e fornecedores	33.031	30.077	37.001	43.373
Juros, variações cambiais e monetárias	(6.234)	14.210	(282)	18.230
Despesas de aluquéis e arrendamentos	1.369	1.487	1.389	1.482
1 2000000000000000000000000000000000000	(4.865)	15.697	1.107	19.712
Acionistas				
Resultado dos acionistas não controladores	122	110	-	-
Lucros retidos	35.209	23.700	35.209	23.700
	35.331	23.810	35.209	23.700
Valor adicionado total distribuído	100.441	99.185	103.412	101.173

⁽¹⁾ Inclui participações governamentais.
(2) Em 31 de março de 2025 e 2024, inclui valores referentes a imposto de renda e contribuição social diferidos conforme nota explicativa 12.1.
As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

1. Base de apresentação

Essas informações financeiras intermediárias são apresentadas com as alterações relevantes ocorridas no período, sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, e consideram as informações consolidadas, que no entendimento da administração proporcionam uma visão abrangente da posição patrimonial e financeira da companhia e do desempenho de suas operações, complementadas por algumas informações individuais da controladora. Portanto, tais informações contábeis devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que contemplam o conjunto completo de notas explicativas.

As informações financeiras intermediárias consolidadas e individuais da companhia foram preparadas e estão apresentadas conforme o Pronunciamento Técnico - CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê dos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e correlato à IAS 34 - Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da companhia.

O Conselho de Administração da companhia, em reunião realizada em 12 de maio de 2025, autorizou a divulgação destas informações financeiras intermediárias.

1.1. Adoção de novas normas e revisões

Em 1º de janeiro de 2025, conforme divulgado na nota explicativa 6 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, entraram em vigor normativos emitidos no país e exterior, cujos principais foram:

- Lack of exchangeability Amendments to IAS 21, emitido pelo IASB, com correspondente pronunciamento técnico emitido pelo CPC e aprovado pela CVM; e
- Orientação técnica OCPC 10 Créditos de Carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e crédito de descarbonização (CBIO). Essa orientação foi emitida no Brasil sem equivalência às normas emitidas pelo IASB.

A aplicação inicial desses normativos não causou impacto material nas informações financeiras intermediárias consolidadas e individuais de 31 de março de 2025.

2. Práticas contábeis materiais

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas informações trimestrais intermediárias são os mesmos adotados na preparação das demonstrações financeiras anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, os quais atendem à definição de equivalentes de caixa.

		Consolidado
	31.03.2025	31.12.2024
Caixa e bancos	840	841
Aplicações financeiras de curto prazo		
- No País		
Fundos de investimentos DI e operações compromissadas	2.468	8.996
CDB e outros fundos de investimentos	4.402	1.152
	6.870	10.148
- No exterior		
Time deposits	13.023	4.509
Auto Invest e contas remuneradas	6.113	4.495
Outras aplicações financeiras	114	261
	19.250	9.265
Total das aplicações financeiras de curto prazo	26.120	19.413
Total de caixa e equivalentes de caixa	26.960	20.254

Os fundos de investimentos no país têm seus recursos aplicados em títulos públicos federais brasileiros e em operações lastreadas em títulos públicos (compromissadas), cujos prazos de vencimento são de até três meses, contados a partir da data de aquisição. As aplicações, no país, também contam com os certificados de depósitos bancários (CDB) pósfixados com liquidez diária, com prazos iniciais de vencimentos de até três meses, considerados a partir da data de aquisição. As aplicações no exterior são compostas por *time deposits* com prazos de até três meses, contados a partir da data de aquisição e por outras aplicações em contas remuneradas com liquidez diária.

3.2. Títulos e valores mobiliários

		Consolidado
	31.03.2025	31.12.2024
Valor justo por meio do resultado	3.396	3.290
Custo amortizado - CDB e time deposits	18.210	26.434
Custo amortizado - Outros	278	278
Total	21.884	30.002
Circulante	17.078	26.397
Não circulante	4.806	3.605

Os títulos classificados como valor justo por meio de resultado referem-se principalmente a investimentos em títulos públicos federais brasileiros (valores determinados pelo nível 1 da hierarquia de valor justo). Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses.

Os títulos classificados como custo amortizado referem-se a aplicações no país em certificados de depósitos bancários (CDB) pós-fixados com liquidez diária, com prazos iniciais entre um e dois anos, além de aplicações no exterior em *time deposits*, com prazos superiores a três meses.

4. Receita de vendas

		Consolidado
	2025	2024
	Jan-Mar	Jan-Mar
Receita bruta de vendas	157.259	150.241
Encargos de vendas ⁽¹⁾	(34.115)	(32.520)
Receita de vendas	123.144	117.721
Diesel	38.360	35.051
Gasolina	17.340	15.868
Gás liquefeito de petróleo (GLP)	4.282	3.756
Querosene de aviação (QAV)	6.566	5.865
Nafta	2.396	2.118
Óleo combustível (incluindo <i>bunker</i>)	967	1.702
Outros derivados de petróleo	5.440	5.047
Subtotal de derivados de petróleo	75.351	69.407
Gás natural	5.162	6.546
Petróleo	8.208	6.088
Renováveis e nitrogenados	310	156
Receitas de direitos não exercidos (<i>breakage</i>)	284	692
Energia elétrica	810	631
Serviços, agenciamentos e outros	968	1.223
Mercado interno	91.093	84.743
Exportações	31.405	31.690
Petróleo	22.303	24.318
Óleo combustível (incluindo <i>bunker</i>)	6.914	6.554
Outros derivados de petróleo e outros produtos	2.188	818
Vendas no exterior (2)	646	1.288
Mercado externo	32.051	32.978
Receitas de vendas	123.144	117.721

(1) Inclui, principalmente, CIDE, PIS, COFINS e ICMS.

(2) Receita proveniente de vendas realizadas no exterior, incluindo trading e excluídas exportações.

	2025	2024
	Jan-Mar	Jan-Mar
Brasil	91.093	84.743
Mercado interno	91.093	84.743
China	6.276	7.359
Américas (exceto Estados Unidos da América)	3.922	5.197
Europa	6.133	6.014
Ásia (exceto China e Singapura)	6.983	2.387
Estados Unidos da América	3.985	7.286
Singapura	3.910	4.709
Outros	842	26
Mercado externo	32.051	32.978
Receitas de vendas	123.144	117.721

No período de janeiro a março de 2025, a receita de dois clientes do segmento de Refino, Transporte e Comercialização (RTC) representa, individualmente, 15% e 10%, respectivamente, da receita da companhia. No período de janeiro a março de 2024, a receita de um cliente do segmento de Refino, Transporte e Comercialização (RTC) representava, individualmente, 15% da receita da companhia.

5. Custos e despesas por natureza

5.1. Custo dos produtos e serviços vendidos

	Consolidado
2025	2024
Jan-Mar	Jan-Mar
Matérias-primas, produtos para revenda, materiais e serviços contratados ⁽¹⁾ (29.777)	(29.379)
Compras e importações (20.899)	(21.331)
Petróleo (12.354)	(10.921)
Derivados (6.942)	(8.235)
Gás natural (1.603)	(2.175)
Serviços e outros (8.878)	(8.048)
Depreciação, depleção e amortização (14.692)	(13.112)
Participação governamental (16.409)	(15.007)
Gastos com pessoal (2.337)	(2.187)
Variação dos estoques 780	2.665
Total (62.435)	(57.020)

⁽¹⁾ Inclui arrendamentos de curto prazo (12 meses ou inferior).

5.2. Despesas de vendas

		Consolidado
	2025	2024
	Jan-Mar	Jan-Mar
Materiais, serviços, fretes, aluguéis e outros	(5.240)	(5.549)
Depreciação, depleção e amortização	(984)	(855)
Reversão (perdas) de créditos esperadas	24	(51)
Gastos com pessoal	(176)	(151)
Total	(6.376)	(6.606)

5.3. Despesas gerais e administrativas

		Consolidado
	2025	2024
	Jan-Mar	Jan-Mar
Gastos com pessoal	(1.548)	(1.447)
Materiais, serviços, aluguéis e outros	(815)	(594)
Depreciação, depleção e amortização	(229)	(175)
Total	(2.592)	(2.216)

6. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

		Consolidado
	2025	2024
	Jan-Mar	Jan-Mar
Paradas para manutenção de ativos e gastos pré-operacionais	(3.707)	(3.233)
Plano de pensão e saúde (inativos)	(1.841)	(1.531)
Programas de remuneração variável ⁽¹⁾	(1.684)	(1.263)
Perdas com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(1.163)	(1.398)
Despesas operacionais com termelétricas	(321)	(326)
Ressarcimento de gastos referentes à Operação Lava Jato	-	26
Resultado com derivativos de commodities	10	25
Contratos de <i>Ship/Take or Pay</i> e multas aplicadas	168	233
Resultado com alienações e baixa de ativos	324	806
Resultado com acordo de coparticipação em áreas licitadas	403	237
Resultado de atividades não fim	572	193
Encerramento antecipado e alterações em pagamentos de contratos de arrendamento	905	342
Resultados com operações em parcerias de E&P	872	774
Outros	268	(52)
Total	(5.194)	(5.167)

⁽¹⁾ Composto por Participação nos lucros ou resultados (PLR) e Programa de prêmio por desempenho (PRD), conforme nota explicativa 13.

7. Resultado financeiro líquido

		Consolidado
	2025	2024
	Jan-Mar	Jan-Mar
Receitas Financeiras	1.737	2.736
Receita com aplicações financeiras e títulos públicos	1.305	2.140
Outros	432	596
Despesas Financeiras	(5.744)	(5.310)
Despesas com financiamentos	(2.722)	(2.744)
Despesas com arrendamentos	(3.633)	(2.708)
Encargos financeiros capitalizados	2.624	1.861
Atualização financeira da provisão de desmantelamento	(1.861)	(1.347)
Outros	(152)	(372)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	14.602	(7.005)
Variações cambiais ⁽¹⁾	18.131	(4.343)
Real x Dólar	18.361	(4.499)
Outras moedas	(230)	156
Reclassificação do hedge αccounting ⁽¹⁾	(4.228)	(3.452)
Atualização monetária de dividendos antecipados e dividendos a pagar	(376)	(346)
Atualização monetária de impostos a recuperar	336	245
Outros	739	891
Total	10.595	(9.579)

⁽¹⁾ Para mais informações, vide notas explicativas 26.4.1.a. e 26.4.1.c.

8. Informações por Segmento

8.1. Informações por Segmento - Resultado

Demonstração Consolidada do Resultado por Segmento de Negócio - Jan-Mar/2025

Demonstração consolidada do resultado por segmento de riegos.	0 Jun 1 1417					
				Corporativo e outros		
	E&P	RTC	G&EBC	negócios	Eliminação	Total
Receita de vendas	88.169	116.819	10.867	451	(93.162)	123.144
Intersegmentos	87.849	1.696	3.610	7	(93.162)	_
Terceiros	320	115.123	7.257	444	-	123.144
Custo dos produtos e serviços vendidos	(39.715)	(109.766)	(6.560)	(401)	94.007	(62.435)
Lucro bruto	48.454	7.053	4.307	50	845	60.709
Despesas	(4.286)	(4.296)	(4.551)	(5.031)	_	(18.164)
Vendas	(2)	(2.552)	(3.831)	9	-	(6.376)
Gerais e administrativas	(27)	(509)	(155)	(1.901)	-	(2.592)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(1.811)	-	_	-	-	(1.811)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(945)	(8)	(9)	(217)	-	(1.179)
Tributárias	(24)	(73)	(10)	(615)	-	(722)
Reversão (perda), líquida, no valor de recuperação de ativos -						
Impairment	(313)	23	-	-	-	(290)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(1.164)	(1.177)	(546)	(2.307)	_	(5.194)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e						
impostos	44.168	2.757	(244)	(4.981)	845	42.545
Resultado financeiro líquido	-	-	-	10.595	-	10.595
Resultado de participações em investidas por equivalência						
patrimonial	77	335	84	(1)	-	495
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	44.245	3.092	(160)	5.613	845	53.635
Imposto de renda e contribuição social	(15.017)	(937)	83	(2.146)	(287)	(18.304)
Lucro (prejuízo) líquido do período	29.228	2.155	(77)	3.467	558	35.331
Atribuível aos:						
Acionistas da Petrobras	29.232	2.155	(130)	3.394	558	35.209
Acionistas não controladores	(4)	-	53	73	-	122
	29.228	2.155	(77)	3.467	558	35.331

Demonstração Consolidada do Resultado por Segmento de Negócio - Jan-Mar/2024

	Corporativo e outros						
	E&P	RTC	G&EBC	negócios	Eliminação	Total	
Receita de vendas	79.644	109.905	11.989	379	(84.196)	117.721	
Intersegmentos	79.124	1.499	3.564	9	(84.196)	-	
Terceiros	520	108.406	8.425	370	-	117.721	
Custo dos produtos e serviços vendidos	(32.760)	(98.971)	(5.838)	(362)	80.911	(57.020)	
Lucro bruto	46.884	10.934	6.151	17	(3.285)	60.701	
Despesas	(3.117)	(4.143)	(4.406)	(4.551)	-	(16.217)	
Vendas	(4)	(2.732)	(3.806)	(64)	-	(6.606)	
Gerais e administrativas	(101)	(417)	(139)	(1.559)	_	(2.216)	
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(670)	-	-	-	-	(670)	
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(690)	(8)	(3)	(207)	-	(908)	
Tributárias	(98)	(34)	(25)	(538)	-	(695)	
Reversão (perda), líquida, no valor de recuperação de ativos - Impairment	(21)	-	_	66	_	45	
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(1.533)	(952)	(433)	(2.249)	-	(5.167)	
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	43.767	6.791	1.745	(4.534)	(3.285)	44.484	
Resultado financeiro líguido	-	-	-	(9.579)	(3.203)	(9.579)	
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	85	(645)	107	(4)	_	(457)	
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	43.852	6.146	1.852	(14.117)	(3.285)	34.448	
Imposto de renda e contribuição social	(14.881)	(2.309)	(593)	6.028	1.117	(10.638)	
Lucro (prejuízo) líquido do período	28.971	3.837	1.259	(8.089)	(2.168)	23.810	
Atribuível aos:	20.371	3.03/	1.233	(0.003)	(2.100)	23.010	
	20.075	7 077	1 101	(0.175)	(2.100)	27 700	
Acionistas da Petrobras	28.975	3.837	1.191	(8.135)	(2.168)	23.700	
Acionistas não controladores	(4) 28.971	3.837	68 1.259	46 (8.089)	(2.168)	110 23.810	

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas por Segmento de Negócio - Jan-Mar/2025

	Corporativo e outros					
	E&P	RTC	G&EBC	negócios	Total	
Paradas para manutenção de ativos e gastos pré-operacionais	(2.990)	(573)	(119)	(25)	(3.707)	
Plano de pensão e saúde (inativos)	-	-	-	(1.841)	(1.841)	
Programas de remuneração variável	(776)	(375)	(85)	(448)	(1.684)	
Perdas com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(647)	(166)	(9)	(341)	(1.163)	
Resultado com alienações e baixa de ativos	185	(7)	14	132	324	
Resultado com acordo de coparticipação em áreas licitadas	403	-	-	-	403	
Outras	2.661	(56)	(347)	216	2.474	
Total	(1.164)	(1.177)	(546)	(2.307)	(5.194)	

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas por Segmento de Negócio - Jan-Mar/2024

	Corporativo e				
				outros	
	E&P	RTC	G&EBC	negócios	Total
Paradas para manutenção de ativos e gastos pré-operacionais	(3.008)	(129)	(73)	(23)	(3.233)
Plano de pensão e saúde (inativos)	-	-	-	(1.531)	(1.531)
Programas de remuneração variável	(512)	(336)	(68)	(347)	(1.263)
Perdas com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(417)	(476)	(20)	(485)	(1.398)
Resultado com alienações e baixa de ativos	683	123	96	(96)	806
Resultado com acordo de coparticipação em áreas licitadas	237	_	_	_	237
Outras	1.484	(134)	(368)	233	1.215
Total	(1.533)	(952)	(433)	(2.249)	(5.167)

O montante de depreciação, depleção e amortização por segmento de negócio é o seguinte:

			C	Corporativo e	
				outros	
	E&P	RTC	G&EBC	negócios	Total
Jan-Mar/2025	14.496	3.493	782	205	18.976
Jan-Mar/2024	12.528	3.207	756	157	16.648

8.2. Informações por Segmento – Ativo

Ativo Consolidado por Segmento de Negócio - 31.03.2025

retro consolidado por segmento de regocio sinosizoza						
			C	orporativo e outros		
	E&P	RTC	G&EBC	negócios	Eliminação	Total
Circulante	15.770	55.530	1.748	76.086	(24.281)	124.853
Não circulante	792.623	117.240	28.969	84.031	-	1.022.863
Realizável a longo prazo	45.099	14.091	518	70.600	-	130.308
Investimentos	1.753	936	1.135	354	-	4.178
Imobilizado	735.937	101.453	26.889	10.994	-	875.273
Em operação	586.897	90.335	24.042	7.954	-	709.228
Em construção	149.040	11.118	2.847	3.040	-	166.045
Intangível	9.834	760	427	2.083	-	13.104
Ativo	808.393	172.770	30.717	160.117	(24.281)	1.147.716

Ativo Consolidado por Segmento de Negócio - 31.12.2024

	Corporativo e					
				outros		
	E&P	RTC	G&EBC	negócios	Eliminação	Total
Circulante	16.701	55.838	2.345	86.210	(25.882)	135.212
Não circulante	760.749	115.848	30.226	82.762	-	989.585
Realizável a longo prazo	43.693	13.729	564	69.640	-	127.626
Investimentos	1.850	709	1.127	395	_	4.081
Imobilizado	704.444	100.669	28.118	10.686	-	843.917
Em operação	569.046	91.818	24.371	7.692	_	692.927
Em construção	135.398	8.851	3.747	2.994	-	150.990
Intangível	10.762	741	417	2.041	-	13.961
Ativo	777.450	171.686	32.571	168.972	(25.882)	1.124.797

9. Contas a receber

9.1. Contas a receber, líquidas

		Consolidado		Controladora
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Recebíveis de contratos com clientes				
Terceiros	21.086	23.398	14.563	14.559
Partes relacionadas				
Investidas (nota explicativa 27.5)	716	726	16.226	31.714
Subtotal	21.802	24.124	30.789	46.273
Outras contas a receber				
Terceiros				
Recebíveis por desinvestimento e cessão onerosa	5.656	10.383	5.656	10.383
Arrendamentos	1.684	1.848	131	135
Outras	4.060	3.664	3.402	2.888
Partes relacionadas				
Aplicações em direitos creditórios - FIDC-NP (nota explicativa 27.3)	-	-	66.862	82.951
Subtotal	11.400	15.895	76.051	96.357
Total do contas a receber	33.202	40.019	106.840	142.630
Perdas de crédito esperadas (PCE) - Terceiros	(9.760)	(10.151)	(5.937)	(6.063)
Perdas de crédito esperadas (PCE) - Partes Relacionadas	(11)	(11)	(11)	(11)
Total do contas a receber, líquidas	23.431	29.857	100.892	136.556
Circulante	17.623	22.080	95.734	129.592
Não circulante	5.808	7.777	5.158	6.964

As contas a receber estão classificadas na categoria de custo amortizado, exceto por determinados recebíveis com formação de preço final após a transferência de controle dos produtos, que dependem da variação do valor da commodity, classificados na categoria valor justo por meio do resultado, cujo valor em 31 de março de 2025 totalizou R\$ 2.467 (R\$ 2.579 em 31 de dezembro de 2024).

O saldo de recebíveis por desinvestimento e cessão onerosa está relacionado, principalmente, ao *eαrnout* dos campos de Sépia e Atapu no montante de R\$ 1.307 (R\$ 3.147, em 31 de dezembro de 2024), pelas vendas do campo de Roncador de R\$ 1.848 (R\$ 2.185, em 31 de dezembro de 2024), do Polo Potiguar de R\$ 848 (R\$ 1.345, em 31 de dezembro de 2024) e do Polo Cricaré de R\$ 516 (R\$ 557, em 31 de dezembro de 2024).

9.2. Aging do Contas a receber - Terceiros

				Consolidado				Controladora
		31.03.2025		31.12.2024		31.03.2025		31.12.2024
	Contas a		Contas a		Contas a		Contas a	
	receber	PCE	receber	PCE	receber	PCE	receber	PCE
A vencer	21.720	(471)	27.948	(1.041)	17.406	(467)	21.431	(1.023)
Vencidos:								
Até 3 meses	708	(509)	1.316	(466)	656	(506)	1.221	(463)
De 3 a 6 meses	767	(441)	391	(141)	733	(438)	353	(133)
De 6 a 12 meses	175	(168)	184	(111)	169	(166)	170	(106)
Acima de 12 meses	9.116	(8.171)	9.454	(8.392)	4.788	(4.360)	4.790	(4.338)
Total	32.486	(9.760)	39.293	(10.151)	23.752	(5.937)	27.965	(6.063)

9.3. Perdas de crédito esperadas - Terceiros e Partes Relacionadas

		Consolidado		Controladora
Movimentação	2025	2024	2025	2024
	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar
Saldo inicial	10.162	7.821	6.074	4.636
Adições	164	288	151	265
Reversões	(273)	(118)	(273)	(111)
Baixas	(5)	(11)	(4)	(11)
Ajuste acumulado de conversão	(277)	103	-	_
Saldo final	9.771	8.083	5.948	4.779
Circulante	1.952	1.541	1.692	1.339
Não circulante	7.819	6.542	4.256	3.440

10. Estoques

		Consolidado
	31.03.2025	31.12.2024
Petróleo	17.538	16.379
Derivados de petróleo	12.141	13.382
Intermediários	3.003	2.627
Gás Natural e Gás Natural Liquefeito (GNL)	504	628
Biocombustíveis	116	134
Fertilizantes	7	7
Total de produtos	33.309	33.157
Materiais, suprimentos e outros	9.470	8.393
Total	42.779	41.550

Os estoques são apresentados deduzidos de perdas para ajuste ao seu valor realizável líquido, sendo estes ajustes decorrentes, principalmente, de oscilações nas cotações internacionais do petróleo e derivados, e quando constituídos são reconhecidos no resultado do período como custos dos produtos e serviços vendidos. No período de janeiro a março de 2025, houve constituição de provisão para perdas de R\$ 37 (reversão de R\$ 216 no período de janeiro a março de 2024).

Em 31 de março de 2025, a companhia possui um volume de estoque de petróleo e/ou derivados dado como garantia dos Termos de Compromisso Financeiro (TCF) relativos aos Planos de Pensão PPSP-R, PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70, assinados em 2008 com a Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, no valor estimado de R\$ 4.872 (R\$ 4.712 em 31 de dezembro de 2024).

11. Fornecedores

		Consolidado		Controladora
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Terceiros no país	21.193	22.644	20.009	21.401
Terceiros no exterior	9.910	14.917	5.927	8.879
Partes relacionadas (nota explicativa 27.1)	162	98	8.424	9.461
Total	31.265	37.659	34.360	39.741

Risco Sacado

A companhia possui um programa para fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva de óleo e gás denominado "Mais Valor", operacionalizado por uma empresa parceira em uma plataforma 100% digital.

As faturas performadas dos fornecedores cadastrados na plataforma ficam disponíveis para serem antecipadas em um processo de leilão reverso, cuja vencedora é a instituição financeira que fizer o lance com a menor taxa de desconto. A instituição financeira passa a ser a credora das faturas antecipadas pelo fornecedor, sendo que a Petrobras paga as faturas na mesma data e condições originalmente acordadas com o fornecedor.

As faturas são antecipadas no programa "Mais Valor" exclusivamente a critério dos fornecedores e não sofrem alteração de prazo, preços e condições comerciais contratados pela Petrobras com tais fornecedores, bem como não acrescenta encargos financeiros para a companhia, tendo, portanto, a classificação mantida em fornecedores e a apresentação na demonstração dos fluxos de caixa em atividade operacional.

Em 31 de março de 2025, o saldo antecipado pelos fornecedores, no escopo do programa, é de R\$ 835 (R\$ 832 em 31 de dezembro de 2024), com prazo de pagamento entre 4 e 92 dias e prazo médio ponderado de 58 dias (prazo de pagamento entre 7 e 92 dias e prazo médio ponderado de 58 dias em 2024), após atendidas as condições comerciais contratadas.

12. Tributos

12.1. Imposto de Renda e Contribuição Social

						Consolidado
	Ati	ivo Circulante	Passi	ivo Circulante	Passivo Não Circulante	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
No país						
Tributos sobre o lucro ⁽¹⁾	2.546	2.510	4.494	4.324	2.071	2.046
Programas de regularização de débitos federais	-	-	309	303	1.184	1.238
	2.546	2.510	4.803	4.627	3.255	3.284
No exterior	39	35	3.539	4.044	-	-
Total	2.585	2.545	8.342	8.671	3.255	3.284

⁽¹⁾ O passivo inclui tratamentos fiscais incertos, vide nota explicativa 12.1.1.

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

		Consolidado
	2025	2024
	Jan-Mar	Jan-Mar
Lucro do período antes dos impostos	53.635	34.448
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(18.236)	(11.712)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Alíquotas diferenciadas de empresas no exterior	1.376	1.428
Tributação no Brasil de lucro de empresas no exterior ⁽¹⁾	(413)	(246)
Incentivos fiscais	173	155
Efeitos da taxação mínima entre países - Pillar II	(302)	-
Ajustes de preços de transferência para transações entre partes relacionadas no exterior	(453)	_
Prejuízos fiscais	2	277
Benefício pós-emprego	(656)	(601)
Resultado de equivalência patrimonial no país e exterior	168	(171)
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indébitos tributários	75	104
Outros	(38)	128
Imposto de renda e contribuição social	(18.304)	(10.638)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.232)	1.657
Imposto de renda e contribuição social correntes	(11.072)	(12.295)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	34,1%	30,9%
(1) Imposto do rendo o contribuição cocial no país referentes por lugros auforidos por investidas no exterior conforme dispositivos p	valuistas na Lai nº 12 077 /2014	

⁽¹⁾ Imposto de renda e contribuição social no país referentes aos lucros auferidos por investidas no exterior, conforme dispositivos previstos na Lei nº 12.973/2014.

Imposto de renda e contribuição social diferidos - não circulante

O quadro a seguir demonstra a movimentação nos exercícios:

		Consolidado		Controladora
Movimentação	2025	2024	2025	2024
	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar
Saldo inicial	(3.390)	(48.148)	(14.254)	(59.000)
Reconhecido no resultado	(7.232)	1.657	(7.179)	814
Reconhecido no patrimônio líquido	(11.277)	2.215	(11.280)	2.225
Ajuste acumulado de conversão	(136)	46	-	-
Utilização de créditos fiscais	-	(1)	-	_
Outros	116	(100)	(1)	(94)
Saldo final	(21.919)	(44.331)	(32.714)	(56.055)

O quadro a seguir demonstra a composição e o fundamento para realização dos ativos e passivos fiscais diferidos:

			Consolidado
Natureza	Fundamento para realização	31.03.2025	31.12.2024
Imobilizado - Custo com prospecção e desmantelamento de áreas	Depreciação, amortização e baixa de ativos	(37.859)	(38.926)
Imobilizado - Impairment	Amortização, baixa de ativos e reversão Impairment	21.633	21.440
Imobilizado - Direito de Uso	Depreciação, amortização e baixa de ativos	(65.668)	(52.745)
Imobilizado - Depreciação acelerada, linear x unidade produzida e encargos capitalizados	Depreciação, amortização e baixa de ativos	(100.059)	(99.340)
Empréstimos, contas a receber/pagar e financiamentos	Pagamentos, recebimentos e contraprestação	3.513	16.322
Arrendamentos	Apropriação da contraprestação	74.591	67.058
Provisão para desmantelamento de áreas	Pagamento e reversão da provisão	56.490	56.462
Provisão para processos judiciais	Pagamento e reversão da provisão	5.135	5.068
Prejuízos fiscais	Compensação do lucro tributável	5.916	6.046
Estoques	Venda, baixa e perda	2.587	2.628
Benefícios concedidos a empregados, principalmente plano de pensão	Pagamento e reversão da provisão	7.467	7.368
Outros		4.335	5.229
Total		(21.919)	(3.390)
Impostos diferidos ativos		5.646	5.710
Impostos diferidos passivos		(27.565)	(9.100)

12.1.1. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Em 31 de março de 2025, a companhia possui tratamentos fiscais incertos provisionados no balanço patrimonial, totalizando R\$ 4.592 (R\$ 4.748 em dezembro de 2024), relacionados principalmente à dedução de valores pagos na base de cálculo do IRPJ e da CSLL no país, bem como à incidência de *Corporate Income Tax* (CIT) sobre transações no exterior, relacionados a processos judiciais e administrativos. Adicionalmente, a companhia possui tratamentos fiscais incertos não provisionados no balanço patrimonial, no país e exterior, de tributos sobre o lucro, no montante de R\$ 32.778 (R\$ 33.408 em dezembro de 2024), relacionados a processos judiciais e administrativos.

A companhia também possui outros posicionamentos que podem ser considerados tratamentos fiscais incertos de tributos sobre o lucro, no valor de R\$ 27.730 (R\$ 26.468 em dezembro de 2024), dada a possibilidade de interpretação divergente por parte da autoridade fiscal. Esses tratamentos fiscais incertos são suportados por avaliações técnicas e por metodologia de avaliação de riscos tributários, portanto, a companhia entende que tais posicionamentos serão aceitos pelas autoridades fiscais, assim entendidos os órgãos que decidem se tratamentos fiscais são aceitáveis de acordo com a legislação tributária, incluindo tribunais judiciais.

Desta forma, em 31 de março de 2025, as posições fiscais incertas, no país e no exterior, perfazem o montante de R\$ 65.100 (R\$ 64.624 em 2024), para as quais a Petrobras seguirá defendendo sua posição.



12.2. Impostos e Contribuições

								Consolidado
	At	ivo circulante	Ativo ı	não circulante	Pas	sivo circulante	Passivo nã	o circulante ⁽¹⁾
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Impostos no país:								
ICMS / ICMS diferido	3.003	2.857	4.122	3.709	6.767	5.670	-	-
PIS e COFINS / PIS e COFINS diferido (2)	3.450	6.460	13.430	12.656	2.358	2.311	872	829
PIS e COFINS - Lei 9.718/98	-	-	3.585	3.651	-	-	-	-
Participação especial/Royalties	_	-	-	-	9.490	9.345	485	539
Imposto de renda e contribuição social								
retidos na fonte	-	-	-	-	651	1.823	_	-
Outros	265	275	2.141	2.138	1.161	1.046	496	496
Total no país	6.718	9.592	23.278	22.154	20.427	20.195	1.853	1.864
Impostos no exterior	27	38	171	147	104	141	-	-
Total	6.745	9.630	23.449	22.301	20.531	20.336	1.853	1.864

⁽¹⁾ Os valores de impostos e contribuições no passivo não circulante estão classificados em "Outros passivos".

13. Benefícios a empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade em troca de serviços prestados pelos seus empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho. Inclui também despesas com diretores e outros administradores. Tais benefícios incluem salários, benefícios pós-emprego, rescisórios e outros benefícios.

		Consolidado
	31.03.2025	31.12.2024
Passivo		
Benefícios de curto prazo	10.049	9.395
Benefícios rescisórios	424	447
Benefícios pós-emprego	71.752	70.577
Total	82.225	80.419
Circulante	15.037	14.337
Não Circulante	67.188	66.082
Total	82.225	80.419

13.1. Benefícios de Curto Prazo

		Consolidado
	31.03.2025	31.12.2024
Participação nos lucros ou resultados	2.183	2.379
Programa de prêmio a empregados	2.784	2.161
Provisão de férias e 13º salário	3.646	3.215
Salários, encargos e outras provisões	1.436	1.640
Total	10.049	9.395
Circulante	9.850	9.203
Não circulante ⁽¹⁾	199	192
Total	10.049	9.395
(1) Defense and a difference of a constant of the constant of t		

⁽¹⁾ Refere-se ao saldo do diferimento por 4 anos da parcela do programa de remuneração variável dos administradores e dos gestores executivos.

⁽²⁾ No período de janeiro a março de 2025, ocorreu aproveitamento dos créditos provenientes da adesão ao Edital de Transação PGFN-RFB 6/2024, realizada em junho de 2024, que encerrou disputas judiciais sobre contencioso relevante relacionado à incidência de tributos sobre remessas ao exterior.

A companhia reconheceu na demonstração do resultado os seguintes valores:

		Consolidado
	2025	2024
	Jan-Mar	Jan-Mar
Custeio/Despesas na demonstração de resultado		
Salários, férias, 13º salário, encargos sobre provisões e outros	(5.019)	(4.579)
Honorários e encargos de Administradores	(17)	(14)
Programas de remuneração variável ⁽¹⁾	(1.684)	(1.265)
Programa de Prêmio por Desempenho - PRD ⁽²⁾	(776)	(392)
Participação nos lucros ou resultados - PLR ⁽²⁾	(908)	(873)
Total	(6.720)	(5.858)

⁽¹⁾ Inclui complemento/reversão de programas anteriores.

13.1.1. Programas de remuneração variável

A companhia reconhece a contribuição dos empregados para os resultados alcançados, por meio de dois programas: a) Participação nos lucros e resultados; e b) Prêmio por desempenho.

Participação nos lucros ou resultados - PLR

No período de janeiro a março de 2025, a Petrobras:

- realizou adiantamento da PLR no valor de R\$ 1.104 (R\$ 1.074 na controladora), referente ao exercício de 2024, cuja quitação está estimada para 30 de maio de 2025, considerando o regramento e os limites individuais de acordo com a remuneração de cada empregado.
- provisionou o valor de R\$ 905 (R\$ 870 no período janeiro a março de 2024) referente ao exercício de 2025, registrado em outras despesas operacionais. Na controladora, a provisão foi de R\$ 895 (R\$ 784 no período janeiro a março de 2024).

Programa de prêmio por desempenho - PRD

No período de janeiro a março de 2025, a Petrobras:

- realizou complemento do adiantamento da PRD no valor de R\$ 150, referente ao exercício de 2024, além do montante adiantado em dezembro de 2024 de R\$ 527 (R\$ 522 na controladora), considerando o cumprimento de métricas de desempenho da companhia e o desempenho individual dos empregados; e
- provisionou o valor de R\$ 776 (R\$ 390 no período janeiro a março de 2024), registrado em outras despesas operacionais, incluindo o programa de prêmio vigente da Petrobras e dos demais programas das empresas consolidadas. Na controladora, a provisão foi de R\$ 633 (R\$ 355 para o período janeiro a março de 2024).

Adicionalmente, em 30 de abril de 2025, a companhia efetuou o pagamento no valor de R\$ 1.770 (R\$ 1.459 na controladora), relativo ao exercício de 2024.

13.2. Benefícios pós-emprego

A companhia mantém um plano de saúde para seus empregados no Brasil (ativos e aposentados) e seus dependentes e outros cinco principais benefícios de pensão pós-aposentadoria (chamados coletivamente de "planos de pensão da companhia").



⁽²⁾ Valor reconhecido como Outras receitas (despesas) operacionais líquidas - nota explicativa 6.

Os saldos relativos a benefícios pós-emprego concedidos a empregados estão representados a seguir:

		Consolidado
	31.03.2025	31.12.2024
Passivo		
Plano de saúde - AMS Saúde Petrobras	47.452	46.433
Plano de pensão Petros Repactuados (PPSP-R)	14.182	14.175
Plano de pensão Petros Não Repactuados (PPSP-NR)	4.850	4.824
Plano de pensão Petros Repactuados Pré-70 (PPSP-R Pré-70)	2.513	2.444
Plano de pensão Petros Não Repactuados Pré-70 (PPSP-NR Pré-70)	2.411	2.345
Plano de pensão Petros 2 (PP2)	344	356
Total	71.752	70.577
Circulante	5.066	5.001
Não circulante	66.686	65.576

Plano de Saúde

O Plano de saúde, nomeado AMS (Saúde Petrobras), é administrado e operado pela Associação Petrobras de Saúde (APS), associação civil, sem fins lucrativos, e inclui programas de prevenção e assistência à saúde. O plano oferece assistência à saúde a todos os empregados atuais, aposentados, pensionistas e grupo familiar elegível, de acordo com os critérios definidos no regulamento, e está aberto a novos empregados.

O pagamento do custo assistencial é efetuado pela companhia com base na utilização dos beneficiários. A participação financeira da companhia e dos beneficiários nas despesas é estabelecida no acordo coletivo de trabalho (ACT), sendo, atualmente, 70% (setenta por cento) pela companhia e 30% (trinta por cento) para os beneficiários.

Planos de Pensão

Os planos de pensão patrocinados são administrados pela Fundação Petros, que foi constituída como uma entidade jurídica sem fins lucrativos de direito privado com autonomia administrativa e financeira.

Os planos de pensão são regulados pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) que contempla todas as diretrizes e procedimentos a serem adotados pelos planos para sua gestão e relacionamento com as partes interessadas.

A Petros realiza periodicamente avaliações dos planos em cumprimento a norma vigente de previdência complementar e, quando aplicável, estabelece medidas com objetivo de oferecer sustentabilidade aos planos.

Em 25 de março de 2025, o Conselho Deliberativo da Petros aprovou as demonstrações financeiras dos planos previdenciários patrocinados pela companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A obrigação líquida com planos de pensão registrada pela companhia é calculada conforme os requerimentos do *IFRS Accounting Standards*, que adota uma metodologia de reconhecimento distinta daquela utilizada pelos fundos de pensão no Brasil, que são regulados pelo CNPC.

As principais diferenças entre as práticas contábeis da companhia (*IFRS Accounting Standards*) e do fundo de pensão (CNPC), em 31 de dezembro de 2024, são demonstradas a seguir:

	PPSP-R (1)	PPSP-NR (1)
Déficit acumulado de acordo com o CNPC - Fundação Petros	1.603	576
Contribuições futuras normais e extraordinárias - patrocinadora	23.181	6.793
Contribuições contratadas - Termo de Compromisso Financeiro - patrocinadora	4.073	2.738
Hipóteses financeiras (taxas de Juros e Inflação), ajuste no valor dos ativos do plano e metodologia de cálculo	(12.238)	(2.938)
Passivo atuarial líquido de acordo com o IFRS Accounting Stαndαrds - Patrocinadora	16.619	7.169

(1) Inclui o saldo dos planos PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70.

No critério CNPC, a Petros considera o fluxo futuro das contribuições normais e extraordinárias patronais, descontado a valor presente, enquanto a companhia só considera esses fluxos na medida em que são realizados. Além disso, a Petros define a taxa real de juros com base nas expectativas de rentabilidade e nos parâmetros da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), enquanto a companhia utiliza uma taxa que combina o perfil de maturidade das obrigações com a curva de retorno de títulos do governo. Em relação ao ativo garantidor, os títulos públicos na Petros são marcados a mercado ou na curva, enquanto na companhia são marcados todos a valor de mercado.

13.2.1. Valores nas demonstrações financeiras da Petrobras relacionados a planos de benefícios definidos

O passivo atuarial líquido representa as obrigações da companhia, líquidas do valor justo dos ativos do plano (quando aplicável), a valor presente.

A movimentação das obrigações atuariais relacionadas aos planos de pensão e saúde com característica de benefício definido é apresentada a seguir:

					Consolidado
			Planos de	Plano de	
			pensão		
	PPSP-R (1)	PPSP-NR (1)	Petros 2	AMS - Saúde Petrobras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	16.619	7.169	356	46.433	70.577
Reconhecido no resultado - custeio e despesas	511	223	9	1.693	2.436
Custo do serviço corrente	4	1	-	230	235
Custo dos juros, líquidos	507	222	9	1.463	2.201
Reconhecido no PL - outros resultados abrangentes	-	-	(1)	(3)	(4)
Efeito da remensuração reconhecido em ORA	-	-	(1)	(3)	(4)
Efeito caixa	(435)	(131)	(20)	(671)	(1.257)
Pagamento de contribuições	(435)	(131)	(20)	(671)	(1.257)
Saldo em 31 de março de 2025	16.695	7.261	344	47.452	71.752

(1) Inclui o saldo dos planos PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70.

					Consolidado
			Planos de	Plano de	
			pensão	saúde	
				AMS - Saúde	
	PPSP-R (1)	PPSP-NR (1)	Petros 2	Petrobras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	22.950	8.713	873	46.772	79.308
Reconhecido no resultado - custeio e despesas	533	203	19	1.390	2.145
Custo do serviço corrente	9	3	-	294	306
Custo dos juros, líquidos	524	200	19	1.096	1.839
Efeito caixa	(412)	(111)	(18)	(465)	(1.006)
Pagamento de contribuições	(412)	(111)	(18)	(465)	(1.006)
Outros movimentos	1	-	-	-	1
Saldo em 31 de março de 2024	23.072	8.805	874	47.697	80.448

(1) Inclui o saldo dos planos PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70.

A despesa líquida com planos de pensão e saúde está apresentada a seguir:

					Consolidado
			Planos de pensão	Plano de Saúde AMS - Saúde	
	PPSP-R (1)	PPSP-NR (1)	Petros 2	Petrobras	Total
Relativa a empregados ativos (custeio e resultado)	(32)	(8)	(1)	(554)	(595)
Relativa aos inativos (outras despesas operacionais)	(479)	(215)	(8)	(1.139)	(1.841)
Despesa reconhecida no resultado - Jan-Mar/2025	(511)	(223)	(9)	(1.693)	(2.436)
Relativa a empregados ativos (custeio e resultado)	(42)	(10)	(4)	(558)	(614)
Relativa aos inativos (Outras despesas operacionais)	(491)	(193)	(15)	(832)	(1.531)
Despesa reconhecida no resultado - Jan-Mar/2024	(533)	(203)	(19)	(1.390)	(2.145)

⁽¹⁾ Inclui o saldo dos planos PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70.

13.2.2. Contribuições

No período de janeiro a março de 2025, a companhia contribuiu com o total de R\$ 1.257 (R\$ 1.006 para o período de janeiro a março de 2024) para os planos de benefício definido, o que reduziu o saldo das obrigações, conforme quadro da nota explicativa 13.2.1. Adicionalmente, contribuiu com R\$ 336 (R\$ 304 para o período de janeiro a março de 2024) para a parcela de contribuição definida do plano PP2 e R\$ 3 do plano PP3 (R\$ 3 para o período de janeiro a março de 2024), que foram reconhecidas em custeio e despesas do período.

14. Processos judiciais e contingências

14.1. Provisão para processos judiciais e administrativos

A companhia constitui provisões nos processos judiciais, administrativos e arbitrais, em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a:

- Processos fiscais, incluindo: (i) multas por descumprimento de obrigações acessórias; (ii) não homologação de compensações de tributos federais, incluindo glosa de créditos de PIS/COFINS; e (iii) não recolhimento de contribuições previdenciárias sobre abonos e gratificações.
- Processos trabalhistas, destacando-se: (i) reclamações trabalhistas diversas; (ii) ações individuais de revisão da metodologia de apuração do complemento de Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR); e (iii) ações de terceirizados.
- Processos cíveis, destacando-se: (i) pleitos envolvendo contratos; (ii) ações que discutem temas afetos a planos de previdência complementar geridos pela Petros; e (iii) processos administrativos e judiciais discutindo multas aplicadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em especial as relativas a sistemas de medição de produção.
- Processos ambientais, em especial: (i) multas relativas ao acidente ambiental ocorrido em 2000 no Estado do Paraná; (ii) multas relativas à operação offshore da companhia; e (iii) ação civil pública por vazamento de petróleo em 2004 no Parque Estadual da Serra do Mar/SP.

Os valores provisionados são os seguintes:

		Consolidado
Passivo não circulante	31.03.2025	31.12.2024
Processos trabalhistas	4.073	3.937
Processos fiscais	2.336	2.474
Processos cíveis	8.607	9.936
Processos ambientais	1.254	1.196
Total	16.270	17.543

		Consolidado
	2025	2024
	Jan-Mar	Jan-Mar
Saldo inicial	17.543	16.000
Adição, líquida de reversão	494	753
Utilização	(2.409)	(579)
Atualização	672	651
Outros	(30)	9
Saldo final	16.270	16.834

Na preparação das informações financeiras intermediárias do período findo em 31 de março de 2025, a companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade da saída de recursos.

No período de janeiro a março de 2025, o decréscimo no passivo provisionado decorre, principalmente, da celebração do acordo para encerrar o litígio com a EIG, conforme Nota Explicativa 14.4.3.

14.2. Depósitos judiciais

A companhia efetua depósitos na fase judicial, em especial para suspender a exigibilidade do débito de natureza tributária e permitir ao contribuinte a manutenção de sua regularidade fiscal. Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

		Consolidado
Ativo não circulante	31.03.2025	31.12.2024
Fiscais	52.044	50.694
Trabalhistas	4.704	4.812
Cíveis	17.758	16.680
Ambientais e outros	572	559
Total	75.078	72.745

		Consolidado
	2025	2024
	Jan-Mar	Jan-Mar
Saldo inicial	72.745	71.390
Adição, líquido de reversão	1.061	1.424
Utilização	(194)	(185)
Atualização financeira	1.467	1.374
Outros	(1)	46
Saldo final	75.078	74.049

No período de janeiro a março de 2025, a companhia realizou depósitos judiciais líquidos de reversão no montante de R\$ 1.061, com destaque para os depósitos e a natureza das contingências vinculadas:

- R\$ 507 referentes a valores de participação governamental relacionados à unificação de campos de produção (Cernambi, Tupi, Tartaruga Verde e Tartaruga Mestiça); e
- R\$ 255 referentes a diversos depósitos de natureza tributária.

A companhia mantém Negócio Jurídico Processual (NJP) celebrado com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), com o objetivo de postergar a realização de depósitos judiciais, relacionados a processos tributários federais, com valores superiores a R\$ 200, viabilizando a discussão judicial sem a necessidade de desembolso financeiro imediato.

Para isso, a companhia oferece capacidade de produção dos campos de Tupi, Sapinhoá e/ou Roncador. À medida que os depósitos judiciais venham a ser realizados, a referida capacidade de produção é liberada para outros processos que venham a integrar o NJP.

A companhia entende que o referido NJP permite maior previsibilidade de caixa e assegura a manutenção da regularidade fiscal federal. Em 31 de março de 2025, a capacidade de produção compromissada no NJP totalizava R\$ 13.546 (R\$ 13.362 em 31 de dezembro de 2024).

14.3. Processos judiciais e administrativos não provisionados

Em 31 de março de 2025, os passivos contingentes acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

		Consolidado
Natureza	31.03.2025	31.12.2024
Fiscais	130.395	132.970
Trabalhistas	38.096	40.034
Cíveis	73.181	67.559
Ambientais e outros	7.970	8.038
Total	249.642	248.601

Os principais processos judiciais não provisionados são:

- Processos fiscais, incluindo: (i) lucro de controladas e coligadas domiciliadas no exterior não adicionado à base de cálculo do IRPJ e da CSLL; (ii) não homologação de compensações de PIS e COFINS em virtude de glosa de créditos; (iii) incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte IRRF sobre as remessas para pagamentos de afretamentos de embarcações; (iv) cobrança de IRPJ e CSLL sobre preços de transferência; (v) cobrança de PIS e COFINS, decorrente do pagamento de tributos transacionado com a União Federal, com exclusão do recolhimento de multas; (vi) incidência de contribuições previdenciárias sobre o pagamento de abonos e gratificações; e (vii) cobrança de ICMS envolvendo vários estados.
- Processos trabalhistas, destacando-se: (i) ações coletivas que requerem a revisão da metodologia de apuração do complemento de Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR) e (ii) reclamações trabalhistas diversas.
- Processos cíveis, destacando-se: (i) pleitos envolvendo contratos; (ii) processos administrativos e judiciais que
 discutem diferença de participação especial e royalties em campos de petróleo diversos, incluindo unificação
 de jazidas e reservatórios; (iii) ações que discutem temas afetos a planos de previdência complementar geridos
 pela Petros; (iv) multas de agências reguladoras, em especial, da ANP; e (v) processos judiciais e arbitrais que
 discutem vendas de ativos realizadas pela Petrobras.
- Processos ambientais, com destaque para indenizações e reparações por danos e multas ambientais relacionadas às operações da companhia.

No período de janeiro a março de 2025, o acréscimo no passivo contingente decorre, principalmente, das seguintes alterações:

- R\$ 3.544 referentes a litígios de natureza cível envolvendo questões contratuais;
- R\$ 907 referentes a processos administrativos e judiciais que discutem diferença de participação especial e royalties em campos de petróleo diversos, incluindo unificação de jazidas e reservatórios;
- R\$ 421 referentes a ações que discutem temas afetos a planos de previdência complementar geridos pela Petros; e
- R\$ 416 referentes à cobrança sobre creditamento de ICMS Monofasia incidente na aquisição de mercadorias.

Esses efeitos foram compensados, principalmente, por: (i) R\$ 4.150 referentes a incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF sobre as remessas para pagamentos de afretamentos de embarcações; (ii) R\$ 1.796 referentes a ações coletivas que requerem a revisão da metodologia de apuração do complemento de Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR); e (iii) R\$ 1.004 por decisão favorável em um processo sobre incidência de IRPJ e CSLL sobre ganho de capital na alienação e amortização de ágio na aquisição de participações societárias.



14.3.1. RMNR - Remuneração Mínima por Nível e Regime de Trabalho

A RMNR consiste em uma remuneração mínima garantida aos empregados, baseada no nível salarial, regime e condição de trabalho e localização geográfica. Essa política de remuneração foi criada e implantada pela Petrobras em 2007 por meio de negociação coletiva com representantes sindicais, e aprovada em assembleias dos empregados, sendo a fórmula de cálculo do complemento dessa remuneração mínima adotada pela companhia posteriormente questionada judicialmente por empregados e Sindicatos. O TST estabeleceu critério diverso do acordado e firmou entendimento em sentido parcialmente contrário à companhia, decidindo pela exclusão de algumas parcelas do cálculo. O Supremo Tribunal Federal (STF), acolhendo recurso da companhia, reconheceu em março de 2024 que a fórmula de cálculo utilizada pela companhia é válida e está conforme o negociado entre as partes.

A companhia vem ajustando a expectativa de perda dos processos ou baixando-os, de acordo com as decisões que aplicam o entendimento do STF. Como existem ações judiciais em diversas fases processuais, a empresa acompanha a aplicação do precedente aos respectivos processos, os quais vêm sendo encerrados, conforme seus andamentos no Judiciário.

Em 31 de março de 2025, existem diversos processos judiciais relacionados à Remuneração Mínima por Nível e Regime de Trabalho (RMNR) refletidos nas demonstrações financeiras da companhia, sendo R\$ 556 (R\$ 546 em 31 de dezembro de 2024) classificados como perda provável, reconhecidos no passivo como provisão para processos judiciais e administrativos, e R\$ 28.759 (R\$ 30.553 em 31 de dezembro de 2024) classificados como perda possível.

14.4. Ações coletivas (class actions) e processos relacionados

14.4.1. Ação coletiva na Holanda

Em 23 de janeiro de 2017, Stichting Petrobras Compensation Foundation ("Fundação") ajuizou uma ação coletiva na Holanda, na Corte Distrital de Roterdã, contra a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, Petrobras International Braspetro B.V. (PIB BV), Petrobras Global Finance B.V. (PGF), Petrobras Oil & Gas B.V. (PO&G) e alguns ex-gestores da Petrobras. A Fundação alega que representa os interesses de um grupo não identificado de investidores e afirma que, com base nos fatos revelados pela Operação Lava Jato, os réus agiram de maneira ilegal perante os investidores. Em 26 de maio de 2021, a Corte Distrital de Roterdã decidiu que a ação coletiva deveria prosseguir e que a cláusula de arbitragem do Estatuto Social da Petrobras não impede que acionistas da companhia tenham acesso ao Poder Judiciário holandês e tenham seus interesses representados pela Fundação. Não obstante, estão excluídos do escopo da ação os interesses dos investidores que já tenham iniciado arbitragem contra a Petrobras ou que sejam partes em processos judiciais nos quais tenha sido reconhecida de forma definitiva a aplicabilidade da cláusula de arbitragem.

Em 26 de julho de 2023, a Corte emitiu decisão intermediária de mérito em que adiantou os seguintes entendimentos: i) foram rejeitados os pedidos formulados contra PIB BV, PO&G e determinados ex-gestores da Petrobras; ii) a Corte declarou que a Petrobras e a PGF atuaram ilegalmente em relação aos seus investidores, embora não se considere suficientemente informado sobre aspectos relevantes das leis brasileira, argentina e luxemburguesa para decidir definitivamente sobre o mérito da ação; e iii) os alegados direitos sob a legislação espanhola estão prescritos.

Quanto aos aspectos das leis brasileira, argentina e luxemburguesa considerados relevantes para sentença, a Corte determinou a produção de prova técnica por especialistas brasileiros, argentinos e por autoridades luxemburguesas.

Em 30 de outubro de 2024, após a manifestação das partes sobre a prova técnica, a Corte Distrital de Roterdã proferiu sentença, na qual acolheu amplamente os argumentos da Petrobras com relação aos pedidos apresentados em favor dos acionistas da companhia e considerou que: i) de acordo com a legislação brasileira, todos os danos alegados pela Fundação se qualificam como indiretos e não são passíveis de ressarcimento; e ii) de acordo com a legislação argentina, os acionistas não podem, em princípio, pleitear indenização da companhia pelos danos alegados pela Fundação, e a Fundação não demonstrou que representa um número suficiente de investidores que poderiam, em tese, apresentar tal pedido.

Dessa forma, a Corte Distrital de Roterdã rejeitou as alegações da Fundação de acordo com as leis brasileira e argentina, o que resulta na rejeição de todos os pedidos formulados em favor de acionistas. Com relação a determinados detentores de bonds, o Tribunal considerou que a Petrobras e a PGF agiram ilegalmente sob a legislação de Luxemburgo, enquanto a PGF agiu ilegalmente no que tange à legislação holandesa.

Além disso, a Corte Distrital de Roterdã confirmou os seguintes pontos da decisão divulgada ao mercado em 26 de julho de 2023: i) rejeição das alegações contra a PIBBV, POG BV e os ex-Presidentes da Petrobras, Maria das Graças Silva Foster e José Sérgio Gabrielli de Azevedo; ii) prescrição de pedidos formulados de acordo com a legislação espanhola.

A Fundação e a PGF recorreram da sentença e das decisões intermediárias anteriores e terão a oportunidade de fundamentar os próprios recursos e responder aos recursos uma das outras, antes do julgamento pela Corte de Apelações de Haia. A Petrobras ainda poderá apresentar seu próprio recurso no prazo de resposta ao recurso da Fundação.

Mesmo em relação aos detentores de bonds, a Fundação não pode pedir indenização no âmbito da ação coletiva, o que dependerá não apenas de um resultado final favorável aos interesses dos investidores na própria ação coletiva, mas também do ajuizamento de ações posteriores por ou em nome dos investidores pela própria Fundação, oportunidade em que a Petrobras e a PGF poderão oferecer todas as defesas já apresentadas na ação coletiva e outras que julgar cabíveis, inclusive em relação à ocorrência e à quantificação de eventuais danos, que deverão ser provados pelos eventuais beneficiários da decisão ou pela Fundação. A eventual indenização pelos danos alegados somente será determinada por decisões judiciais em ações posteriores.

A ação coletiva diz respeito a questões complexas e o resultado está sujeito a incertezas substanciais, que dependem de fatores como: o escopo da cláusula compromissória do Estatuto da Petrobras, a jurisdição do Poder Judiciário holandês, o escopo do acordo que encerrou a Class Action nos Estados Unidos, a legitimidade da Fundação para representar os interesses dos investidores, as várias leis aplicáveis ao caso, a informação obtida a partir da fase de produção de provas, as análises periciais, o cronograma a ser definido pela Corte de apelação de Haia e as decisões judiciais sobre questões-chave do processo, os possíveis recursos, inclusive perante a Suprema Corte, bem como o fato de a Fundação buscar apenas uma decisão declaratória nesta ação coletiva.

A companhia, com suporte nas avaliações de seus assessores, considera que não há elementos indicativos suficientes para a qualificação do universo dos potenciais beneficiários de uma eventual decisão definitiva desfavorável aos interesses da Petrobras, tampouco para a quantificação dos danos supostamente indenizáveis.

Assim, não é possível prever no momento se a companhia será responsável pelo pagamento efetivo de indenizações em eventuais ações individuais futuras, porque essa análise dependerá do resultado desses procedimentos complexos. Além disso, não é possível saber quais investidores serão capazes de apresentar ações individuais subsequentes relacionadas a esse assunto contra a Petrobras.

Ademais, as alegações formuladas são amplas, abrangem um período plurianual e envolvem uma ampla variedade de atividades e, no cenário atual, os impactos de tais alegações são altamente incertos. As incertezas inerentes a todas essas questões afetam a duração da resolução final dessa ação. Como resultado, a Petrobras não é capaz de projetar uma estimativa confiável da potencial perda resultante dessa ação. Não obstante, a Petrobras continua a negar as alegações da Fundação, em relação às quais foi considerada vítima por todas as autoridades brasileiras, inclusive o Supremo Tribunal Federal.

A Petrobras e as suas subsidiárias negam as alegações apresentadas pela Fundação e continuarão se defendendo firmemente.



14.4.2. Arbitragem e outros processos judiciais na Argentina

Na arbitragem da Argentina, na qual se discute a responsabilização da Petrobras por uma suposta perda de valor de mercado das ações da Petrobras no país, em razão dos desdobramentos da chamada Operação Lava Jato, o recurso apresentado pela Consumidores Damnificados Asociación Civil, antes denominada Consumidores Financieros Asociación Civil para su Defensa ("Associação"), teve seguimento negado. A Associação apresentou novo recurso à Suprema Corte argentina, o qual também foi negado, tendo a arbitragem sido enviada ao Tribunal Arbitral. A companhia não possui elementos que permitam produzir uma estimativa confiável da potencial perda nesta arbitragem.

Em paralelo a tal arbitragem, a Associação também iniciou uma ação coletiva perante a Corte Civil e Comercial de Buenos Aires, na Argentina, tendo a Petrobras comparecido espontaneamente em 10 de abril de 2023, no âmbito da qual alega a responsabilidade da Petrobras por uma suposta perda do valor de mercado dos valores mobiliários da Petrobras na Argentina, em decorrência de alegações formuladas no âmbito da Operação Lava Jato e seus reflexos nas demonstrações financeiras da companhia anteriores a 2015. A Petrobras apresentou sua defesa em 30 de agosto de 2023. A Petrobras nega as alegações apresentadas pela Associação e se defenderá das acusações formuladas pela autora da ação coletiva. A companhia não possui elementos que permitam produzir uma estimativa confiável da potencial perda nesta ação.

Quanto à ação penal na Argentina relacionada a uma suposta oferta fraudulenta de valores mobiliários, agravada pelo fato de a Petrobras supostamente ter declarado dados falsos nas suas demonstrações financeiras anteriores a 2015, o Tribunal de Apelações revogou, em 21 de outubro de 2021, a decisão de primeira instância que havia reconhecido a imunidade de jurisdição da Petrobras e recomendou que o Juízo de primeira instância promovesse algumas diligências para certificar se a companhia poderia ser considerada criminalmente imune na Argentina para posterior reavaliação do tema. Após realização das diligências determinadas pelo Tribunal de Apelações, em 30 de maio de 2023, o Juízo de primeira instância negou o reconhecimento de imunidade de jurisdição à Petrobras. A Petrobras apresentou recurso contra essa decisão, o qual foi reconhecido pelo Tribunal de Apelações em 18 de abril de 2024. Contra essa decisão, a Associação apresentou novo recurso, e em 20 de dezembro de 2024, a Corte de Cassação reformou a decisão do Tribunal de Apelações para negar a imunidade de jurisdição da Petrobras, que, por sua vez, recorreu à Suprema Corte para restabelecer a decisão da Corte de Apelações. Em 27 de dezembro de 2024, antes do trânsito em julgado da decisão da Corte de Cassação, o juízo de primeira instância decretou o processamento da Petrobras e um embargo cautelar, o que foi objeto de recurso para o Tribunal de Apelações, que, em 03 de abril de 2025, revogou a decisão de processamento e o embargo cautelar. Em outro aspecto processual, em 15 de setembro de 2022 a Corte de Cassação reconheceu à Associação o direito de representar os consumidores financeiros. O recurso da companhia contra tal decisão foi rejeitado em 21 de fevereiro de 2025. A Petrobras apresentou outras defesas processuais, que poderão ser rediscutidas em fases posteriores do processo. Esta ação penal tramita perante o Tribunal Econômico Criminal nº 2 da cidade de Buenos Aires.

Em relação à outra ação penal, por alegado descumprimento da obrigação de publicar como "fato relevante" no mercado argentino que existia uma ação coletiva movida por Consumidores Damnificados Asociación Civil perante a Corte Comercial, em 25 de março de 2025, a 1ª instância da Justiça argentina encerrou a ação por considerar que não havia fato relevante que devesse ser informado nos termos da legislação local. Como não houve recurso, a decisão transitou em julgado.

14.4.3. Ação judicial nos Estados Unidos relacionado à Sete Brasil Participações S.A. ("Sete")

A EIG Energy Fund XIV, L.P. e afiliadas ("EIG") ajuizaram contra a Petrobras, perante a Corte Distrital Colúmbia, Estados Unidos, ação para reaver os prejuízos relacionados ao seu investimento na Sete Brasil Participações S.A. Em 8 de agosto de 2022, o juiz acolheu o pleito da EIG quanto à responsabilidade da Petrobras pelos alegados prejuízos, mas negou o pedido de julgamento antecipado (*motion for summary judgment*) com relação a danos, com o que a concessão de indenização ficou sujeita à comprovação dos danos pela EIG em audiência de julgamento e à apreciação das defesas pela companhia. Na mesma decisão, cujos reflexos foram reconhecidos nas demonstrações financeiras da companhia em 2022, o juiz negou o pedido de extinção do processo com base na imunidade de jurisdição da Petrobras, razão pela qual foi apresentado recurso perante a Corte Federal de Apelações do Distrito de Colúmbia, que foi negado em junho de 2024. Em seguida, a Petrobras apresentou pedido de revisão da questão, o qual foi rejeitado em 24 de julho de 2024. Diante disso, o processo, que havia sido suspenso pelo juiz de primeira instância em 26 de outubro de 2022 em função da interposição do recurso pela Petrobras, retomou o seu curso.

Em outra frente processual iniciada pela EIG, em 26 de agosto de 2022 a Corte Distrital de Amsterdã concedeu medida cautelar para bloquear determinados ativos da Petrobras na Holanda. A concessão foi fundamentada na decisão da Corte Distrital de Columbia de 8 de agosto de 2022 e teve como propósito garantir a satisfação dos pedidos da EIG contidos no processo norte-americano mencionado acima.

Em 7 de março de 2025, a Petrobras e a EIG celebraram acordo para encerrar o litígio entre as partes. Nos termos do acordo, a Petrobras pagou à EIG o montante de US\$ 283 milhões, ao passo que a EIG requereu o encerramento da ação em trâmite na Corte Distrital de Colúmbia e o cancelamento da medida cautelar de bloqueio de ativos da Petrobras na Holanda, não havendo quaisquer disputas judiciais entre as partes a respeito do tema. Adicionalmente, a EIG renunciou a qualquer direito relacionado à disputa.

O acordo não constitui reconhecimento de culpa ou de prática de atos irregulares pela Petrobras e atende aos melhores interesses da companhia e de seus acionistas, tendo em vista as peculiaridades da legislação norte-americana, aplicável ao julgamento da causa, bem como o estágio processual e as características de litígios nas Cortes Federais dos Estados Unidos.

14.4.4. Arbitragens propostas por Acionistas Minoritários no Brasil

Não ocorreram alterações relevantes no período de janeiro a março de 2025.

Para mais informações, consultar a nota explicativa 19.5, das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.



15. Provisão para desmantelamento de áreas

O quadro a seguir detalha o valor da provisão para desmantelamento por área de produção:

		Consolidado
	31.03.2025	31.12.2024
Terra	3.060	3.053
Águas rasas	45.108	44.996
Águas profundas e ultraprofundas pós-sal	74.387	74.740
Pré-sal	39.727	39.464
Total	162.282	162.253
Circulante	13.506	10.500
Não circulante	148.776	151.753

		Consolidado
	2025	2024
	Jan-Mar	Jan-Mar
Saldo inicial	162.253	112.330
Revisão de provisão	43	352
Utilização	(1.782)	(1.946)
Atualização de juros	1.812	1.322
Outros	(44)	14
Saldo final	162.282	112.072

16. Outros ativos e passivos

Ativo		Consolidado		Controladora
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Depósitos vinculados e/ou dados em garantia	4.552	4.647	4.265	4.179
Adiantamentos a fornecedores	13.591	13.667	14.757	14.836
Despesas antecipadas	2.446	2.172	1.877	1.695
Operações com derivativos	508	181	284	109
Ativos relativos a parcerias de negócio	1.167	2.342	5.873	5.545
Outros	1.179	2.078	892	877
Total	23.443	25.087	27.948	27.241
Circulante	7.922	9.599	11.500	10.817
Não circulante	15.521	15.488	16.448	16.424

Passivo		Consolidado		Controladora
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Obrigações oriundas de desinvestimentos	5.256	5.657	5.253	5.655
Retenções contratuais	3.953	3.785	3.830	3.668
Adiantamentos de clientes	1.656	1.671	1.360	1.355
Provisões com gastos ambientais, P&D e multas	4.459	4.215	4.153	3.884
Impostos e contribuições	1.853	1.864	1.853	1.864
Dividendos não reclamados	1.774	1.708	1.774	1.708
Operações com derivativos	823	799	565	666
Obrigações oriundas de aquisição de participação societária	822	806	822	806
Credores diversos	361	610	358	605
Outros	2.569	2.566	2.472	2.540
Total	23.526	23.681	22.440	22.751
Circulante	13.980	13.652	12.316	12.045
Não circulante	9.546	10.029	10.124	10.706

17. Imobilizado

17.1. Por tipo de ativos

						Consolidado	Controladora
	Terrenos,	Equipamentos		Gastos c/exploração e			
	edificações e benfeitorias		Ativos em construção ⁽²⁾	desenvolvi- mento ⁽³⁾	Direitos de uso	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	15.389	283.650	150.990	222.434	171.454	843.917	858.561
Custo acumulado	24.119	600.426	187.751	417.094	262.342	1.491.732	1.444.141
Depreciação e <i>impαirment</i> acumulado ⁽⁴⁾	(8.730)	(316.776)	(36.761)	(194.660)	(90.888)	(647.815)	(585.580)
Adições	-	180	21.848	207	29.225	51.460	51.091
Desmantelamento de áreas - revisão/constituição	-	-	-	34	-	34	_
Juros capitalizados	-	-	2.610	_	-	2.610	2.610
Baixas	(3)	(104)	(7)	(11)	(26)	(151)	(140)
Transferências ⁽⁵⁾	580	7.013	(9.067)	2.526	-	1.052	1.055
Transferências para ativos mantidos para venda	_	(7)	_	-	-	(7)	(4)
Depreciação, amortização e depleção	(141)	(7.097)	-	(5.912)	(9.776)	(22.926)	(23.628)
Impairment - constituição (nota explicativa 19)	_	(192)	(307)	(58)	(5)	(562)	(563)
Impairment - reversão (nota explicativa 19)	_	23	_	-	-	23	_
Ajuste acumulado de conversão	(3)	(14)	(22)	(137)	(1)	(177)	_
Saldo em 31 de março de 2025	15.822	283.452	166.045	219.083	190.871	875.273	888.982
Custo acumulado	24.554	606.770	202.554	420.115	290.061	1.544.054	1.496.992
Depreciação e impairment acumulado ⁽⁴⁾	(8.732)	(323.318)	(36.509)	(201.032)	(99.190)	(668.781)	(608.010)

						Consolidado	Controladora
				Gastos			
		Equipamentos	C	/exploração e			
	edificações e		Ativos em	desenvolvi-	Direitos de		
	benfeitorias		construção ⁽²⁾	mento ⁽³⁾	uso	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.006	282.776	104.166	195.745	147.081	742.774	759.569
Custo acumulado	22.434	572.111	152.344	362.175	217.033	1.326.097	1.279.761
Depreciação e <i>impαirment</i> acumulado ⁽⁴⁾	(9.428)	(289.335)	(48.178)	(166.430)	(69.952)	(583.323)	(520.192)
Adições	1	430	14.506	19	9.935	24.891	24.760
Desmantelamento de áreas - revisão/constituição	-	-	-	314	-	314	322
Juros capitalizados	_	-	1.850	_	-	1.850	1.849
Baixas	(14)	(60)	(333)	(13)	(96)	(516)	(611)
Transferências ⁽⁵⁾	85	3.093	(4.719)	2.111	(1)	569	568
Transferências para ativos mantidos para venda	-	11	(23)	-	-	(12)	11
Depreciação, amortização e depleção	(98)	(6.443)	-	(5.234)	(7.714)	(19.489)	(20.163)
Impαirment - reversão (nota explicativa 19)	-	-	-	-	66	66	66
Ajuste acumulado de conversão	-	9	6	21	-	36	_
Saldo em 31 de março de 2024	12.980	279.816	115.453	192.963	149.271	750.483	766.371
Custo acumulado	22.536	573.430	163.643	364.822	225.462	1.349.893	1.303.230
Depreciação e <i>impαirment</i> acumulado ⁽⁴⁾	(9.556)	(293.614)	(48.190)	(171.859)	(76.191)	(599.410)	(536.859)

⁽¹⁾ Composto por plataformas de produção, refinarias, termelétricas, unidades de tratamento de gás, dutos e outras instalações de operação, armazenagem e produção, incluindo equipamentos submarinos de produção e escoamento de óleo e gás depreciados pelo método das unidades produzidas.

As adições em ativos em construção devem-se, principalmente, por investimentos em desenvolvimento da produção do campo de Búzios e demais campos da Bacia de Campos, Bacia de Santos e do Espírito Santo. Já as adições em direito de uso referem-se principalmente ao FPSO Almirante Tamandaré no campo de Búzios e sondas para operações de E&P.

⁽²⁾ Os saldos por segmento de negócio são apresentados na nota explicativa 8.

⁽³⁾ Composto por ativos de exploração e produção relacionados a poços, abandono de áreas, bônus de assinatura associados a reservas provadas e outros gastos diretamente vinculados à exploração e produção, exceto ativos classificados em "Equipamentos e outros bens".

⁽⁴⁾ No caso dos terrenos e ativos em construção, refere-se apenas às perdas por *impαirment*.

⁽⁵⁾ Inclui principalmente transferências entre tipos de ativos e transferências de adiantamentos a fornecedores.

17.2. Tempo de vida útil estimada

Os tempos de vida útil dos ativos depreciados são demonstrados a seguir:

Ativo	Tempo de vida útil médio ponderado em anos
Edificações e benfeitorias	38 (entre 25 e 50)
Equipamentos e outros bens	22 (entre 1 e 31) - exceto ativos pelo método de unidade produzida
Gastos com exploração e desenvolvimento	Método de unidade produzida ou 20 anos
Direitos de uso	14 (entre 2 e 50)

17.3. Direitos de uso

Os direitos de uso estão apresentados pelos seguintes ativos subjacentes:

				Consolidado C	ontroladora
			Imóveis		
	Plataformas	Embarcações	e outros	Total	Total
31.03.2025					
Custo acumulado	161.687	113.691	14.683	290.061	305.949
Depreciação e <i>impαirment</i> acumulado	(32.087)	(62.143)	(4.960)	(99.190)	(106.004)
Total	129.600	51.548	9.723	190.871	199.945
31.12.2024					
Custo acumulado	139.231	108.624	14.487	262.342	278.171
Depreciação e <i>impαirment</i> acumulado	(29.176)	(57.070)	(4.642)	(90.888)	(97.148)
Total	110.055	51.554	9.845	171.454	181.023

17.4. Acordos de Individualização da Produção

A Petrobras possui Acordos de Individualização da Produção (AIP) celebrados no Brasil com empresas parceiras em consórcios de E&P. Esses acordos resultarão em equalizações a pagar ou a receber de gastos e volumes de produção, principalmente referentes aos campos de Agulhinha, Albacora Leste, Berbigão, Budião Noroeste, Budião Sudeste, Caratinga e Sururu.

Provisões para equalizações (1)

A Petrobras possui uma estimativa de valores a pagar pela celebração dos AIP submetidos à aprovação da ANP, cuja movimentação está apresentada a seguir:

	Consolidad	do e controladora
	2025	2024
	Jan-Mar	Jan-Mar
Saldo inicial	3.575	2.238
Adições (baixas) no Imobilizado	(221)	87
Outras despesas (receitas) operacionais	23	49
Saldo final	3.377	2.374

⁽¹⁾ Principalmente Berbigão, Sururu e Agulhinha.

17.5. Taxa média ponderada da capitalização de juros

A taxa média ponderada dos encargos financeiros utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos sem destinação específica, a ser capitalizado como parte integrante dos ativos em construção, foi de 7,05% a.a. no período de janeiro a março de 2025 (7,22% a.a. no período de janeiro a março de 2024).



18. Intangível

18.1. Por tipo de ativos

				Consolidado Co	ntroladora
Saldo em 31 de dezembro de 2024	Direitos e Concessões ⁽¹⁾ 10.509	Softwares 3.328	Ágio (goodwill) 124	Total 13.961	Total 13.772
Custo acumulado Amortização e <i>impairment</i> acumulado	10.836 (327)	10.294 (6.966)	124 -	21.254 (7.293)	20.321 (6.549)
Adições	9	266	-	275	267
Juros capitalizados	-	14	-	14	14
Baixas	-	(5)	-	(5)	(5)
Transferências	-	(25)	-	(25)	(28)
Amortização	(4)	(165)	-	(169)	(160)
Impairment - constituição (nota explicativa 19)	(946)	-	_	(946)	(946)
Ajuste acumulado de conversão	(1)	-	_	(1)	-
Saldo em 31 de março de 2025	9.567	3.413	124	13.104	12.914
Custo acumulado	10.844	10.535	124	21.503	20.594
Amortização e impairment acumulado	(1.277)	(7.122)	-	(8.399)	(7.680)
Tempo de vida útil estimado em anos	Indefinida ⁽²⁾	5	Indefinida		

				Consolidado Co	ntroladora
	Direitos e		Ágio		
	Concessões (1)	Softwares	(goodwill)	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.742	2.861	123	14.726	14.563
Custo acumulado	12.051	9.151	123	21.325	20.453
Amortização e impairment acumulado	(309)	(6.290)	-	(6.599)	(5.890)
Adições	1	241	-	242	232
Juros capitalizados	_	11	-	11	11
Transferências	-	9	-	9	7
Amortização	(5)	(164)	-	(169)	(162)
Saldo em 31 de março de 2024	11.738	2.958	123	14.819	14.651
Custo acumulado	12.052	9.422	123	21.597	20.700
Amortização e <i>impαirment</i> acumulado	(314)	(6.464)	-	(6.778)	(6.049)
Tempo de vida útil estimado em anos	Indefinida ⁽²⁾	5	Indefinida		

Consolidado Controladora

19. Redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment)

		Consolidado
	2025	2024
	Jan-Mar	Jan-Mar
Demonstração de Resultado		
Reversão (Perda) no valor de recuperação de ativos - <i>Impαirment</i>	(290)	45
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(1.198)	-
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	3	85
Efeito líquido no resultado do exercício	(1.485)	130
Reconhecimento de perda	(1.517)	(22)
Reversão de perda	33	152
Balanço Patrimonial		
Imobilizado	(539)	66
Intangível	(946)	-
Ativos mantidos para venda	(3)	39
Investimentos	3	25
Efeito líquido no Balanço Patrimonial	(1.485)	130

A companhia avalia a recuperabilidade dos ativos anualmente ou quando existe um indicativo de desvalorização ou de reversão de perdas por *impairment* reconhecidas em exercícios anteriores. No período de janeiro a março de 2025, foram reconhecidas perdas líquidas no resultado, no montante de R\$ 1.485, destacando-se a avaliação da não economicidade dos blocos C-M-753 e C-M-789, localizados na Bacia de Campos, no valor de R\$ 1.198.



⁽¹⁾ Composto principalmente por bônus de assinatura, pagos em contratos de concessão e de partilha de produção para exploração de petróleo ou gás natural, além de concessões de servicos públicos, marcas e patentes e outros.

⁽²⁾ Composto principalmente por ativos com vida útil indefinida cuja avaliação é revisada anualmente para determinar se continua justificável.

20. Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás

As movimentações dos custos capitalizados relativos aos poços exploratórios e os saldos dos valores pagos pela obtenção dos direitos e concessões para exploração de petróleo e gás natural, ambos diretamente relacionados às atividades exploratórias em reservas não provadas, são apresentados na tabela a seguir:

		Consolidado
	2025	2024
	Jan-Mar	Jan-Mar
Custos exploratórios reconhecidos no Ativo (1)		
Imobilizado		
Saldo inicial	9.131	7.321
Adições	1.424	442
Baixas	(10)	(112)
Transferências	-	-
Ajustes acumulados de conversão	(76)	10
Perdas em projetos sem viabilidade econômica	(252)	_
Saldo final	10.217	7.661
Intangível		
Saldo inicial	9.966	11.197
Perdas em projetos sem viabilidade econômica	(946)	-
Saldo final	9.020	11.197
Total dos custos exploratórios reconhecidos no ativo	19.237	18.858

⁽¹⁾ Líquido de valores capitalizados e subsequentemente baixados como despesas no mesmo exercício.

No período de janeiro a março de 2025, o reconhecimento de perdas no intangível e no imobilizado decorreu da avaliação da não economicidade dos blocos C-M-753 e C-M-789, localizados na Bacia de Campos, conforme nota explicativa 19.

Os custos exploratórios reconhecidos no resultado e os fluxos de caixa vinculados às atividades de avaliação e exploração de petróleo e gás natural estão demonstrados a seguir:

		Consolidado
	2025	2024
	Jan-Mar	Jan-Mar
Custos exploratórios reconhecidos no resultado		
Despesas com geologia e geofísica	(533)	(407)
Projetos sem viabilidade econômica (inclui poços secos e bônus de assinatura)	(1.202)	(248)
Penalidades contratuais de conteúdo local	(32)	(11)
Outras despesas exploratórias	(44)	(4)
Total	(1.811)	(670)
Caixa utilizado nas atividades		
Operacionais	577	411
Investimentos	1.410	630
Total	1.987	1.041

20.1. Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo

A Petrobras concedeu garantias à ANP no total de R\$ 7.742 (R\$ 7.740 em 31 de dezembro de 2024) para os Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração, os quais encontram-se líquidos dos compromissos já cumpridos. Desse montante, R\$ 7.670 (R\$ 7.669 em 31 de dezembro de 2024) correspondem ao penhor da capacidade de produção futura de petróleo dos campos de Marlim e Búzios que já se encontram na fase de produção, e R\$ 72 (R\$ 71 em 31 de dezembro de 2024) referem-se a garantias bancárias.



21. Investimentos

21.1. Mutação dos investimentos (Controladora)

	Controladas	Operações em conjunto	Empreendi- mentos controlados em conjunto	Coligadas ⁽¹⁾	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	365.419	145	124	710	366.398
Aportes de capital	62	-	11	-	73
Reorganizações, redução de capital e outros	(110)	-	-	-	(110)
Resultado de participação em investimentos	4.941	11	23	321	5.296
Ajuste acumulado de conversão (CTA)	(27.152)	-	-	(802)	(27.954)
Outros resultados abrangentes	(2)	-	-	685	683
Dividendos	(117)	-	-	(3)	(120)
Saldo em 31 de março de 2025	343.041	156	158	911	344.266

		Operações em	Empreendi- mentos controlados		
	Controladas	conjunto	em conjunto	Coligadas ⁽¹⁾	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	264.020	138	110	3.952	268.220
Aportes de capital	-	-	2	-	2
Transferências para mantidos para venda	(1)	-	-	(57)	(58)
Reorganizações, redução de capital e outros	(152)	-	-	2	(150)
Resultado de participação em investimentos	4.384	12	(7)	(578)	3.811
Ajuste acumulado de conversão (CTA)	8.780	-	-	203	8.983
Outros resultados abrangentes	19	1	1	(45)	(24)
Dividendos	(202)	-	(2)	(7)	(211)
Saldo em 31 de março de 2024	276.848	151	104	3.470	280.573

(1) Inclui outros investimentos.

21.2. Mutação dos investimentos (Consolidado)

Saldo em 31 de dezembro de 2024	Empreendi- mentos controlados em Conjunto 2.971	Coligadas ⁽¹⁾ 1.110	Total 4.081
Aportes de capital	11	16	27
Reorganizações, redução de capital e outros	-	(24)	(24)
Resultado de participação em investimentos	177	318	495
Ajuste acumulado de conversão (CTA)	(209)	(832)	(1.041)
Outros resultados abrangentes	-	685	685
Dividendos	(42)	(3)	(45)
Saldo em 31 de março de 2025	2.908	1.270	4.178

C. I. J	Empreendi- mentos controlados em Conjunto	Coligadas (1)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.341	4.233	6.574
Aportes de capital	2	2	4
Transferências para mantidos para venda	-	(57)	(57)
Reorganizações, redução de capital e outros	-	(13)	(13)
Resultado de participação em investimentos	114	(571)	(457)
Ajuste acumulado de conversão (CTA)	72	212	284
Outros resultados abrangentes	1	(45)	(44)
Dividendos	(116)	(7)	(123)
Saldo em 31 de março de 2024	2.414	3.754	6.168

(1) Inclui outros investimentos

22. Vendas de ativos e outras operações com ativos

As principais classes de ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentadas a seguir:

			Consolidado
		31.03.2025	31.12.2024
	E&P	Total	Total
Ativos classificados como mantidos para venda			
Investimentos	1	1	1
Imobilizado	3.160	3.160	3.156
Total	3.161	3.161	3.157
Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda			
Provisão para desmantelamento de áreas	4.457	4.457	4.418
Total	4.457	4.457	4.418

22.1. Ativos contingentes em vendas de ativos e outras operações

Algumas vendas de ativos e acordos celebrados pela companhia preveem recebimentos condicionados a cláusulas contratuais, especialmente relacionadas à variação do *Brent* nas operações relativas a ativos de E&P.

As operações que podem gerar reconhecimento de ganho, registrado em outras receitas operacionais, estão apresentadas a seguir:

Operações	Data de fechamento da operação	No fechamento da operação _ US\$ milhões	Ativo reconhecido janeiro a US\$ milhões	o no período de março de 2025 R\$	Ativo reconhecido em exercícios anteriores US\$ milhões	Valor de ativos contingentes em 31.03.2025 US\$ milhões
Excedentes da Cessão Onerosa						
Sépia e Atapu ⁽¹⁾	Abr/2022	5.263	73	419	1.272	3.918
Vendas em exercícios anteriores						
Polo Riacho da Forquilha	Dez/2019	62	-	-	58	4
Polos Pampo e Enchova	Jul/2020	650	36	205	303	311
Campo de Baúna	Nov/2020	285	8	45	253	24
Polo Cricaré	Dez/2021	118	-	-	106	12
Polo Peroá	Ago/2022	43	-	-	10	33
Papa-Terra	Dez/2022	90	17	97	32	41
Albacora Leste	Jan/2023	250	-	-	225	25
Polo Norte Capixaba	Abr/2023	66	-	_	33	33
Polo Golfinho e Polo Camarupim	Ago/2023	60	-	-	20	40
Total		6.887	134	766	2.312	4.441

⁽¹⁾ O valor registrado em outras receitas operacionais considera ajuste a valor presente (nota explicativa 6).

23. Financiamentos

23.1. Saldo por tipo de financiamento

		Consolidado		Controladora
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Mercado bancário	20.159	17.512	20.020	17.374
Mercado de capitais	13.425	13.775	12.934	13.301
Bancos de fomento ⁽¹⁾	3.091	3.146	-	_
Partes relacionadas (nota explicativa 27.3)	-	_	76.598	85.021
Outros	13	13	-	-
Total no país	36.688	34.446	109.552	115.696
Mercado bancário	21.454	22.853	9.749	10.308
Mercado de capitais	70.166	75.949	-	_
Agência de crédito à exportação	7.787	9.341	-	-
Partes relacionadas (nota explicativa 27.1)	_	-	414.367	458.716
Outros	756	837	-	-
Total no exterior	100.163	108.980	424.116	469.024
Total de financiamentos	136.851	143.426	533.668	584.720
Circulante	15.865	15.887	121.275	106.522
Não circulante	120.986	127.539	412.393	478.198

⁽¹⁾ Inclui BNDES.

O valor classificado no passivo circulante é composto por:

		Consolidado		Controladora
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Financiamentos de curto prazo	79	60	18.798	28.707
Parcela corrente de financiamentos de longo prazo	13.556	13.202	98.929	75.013
Juros provisionados de parcelas de financiamentos de curto e longo prazo	2.230	2.625	3.548	2.802
Circulante	15.865	15.887	121.275	106.522

O saldo em mercado de capitais é composto principalmente por R\$ 66.962 em global notes, emitidas no exterior pela PGF, e R\$ 8.150 em debêntures e R\$ 4.784 em notas comerciais escriturais, emitidas no Brasil pela Petrobras.

Os global notes possuem vencimentos entre 2026 e 2115 e não exigem garantias reais. Tais financiamentos foram realizados em dólares e libras, sendo 92% e 8%, do total de global notes, respectivamente.

As debêntures e as notas comerciais, com vencimentos entre 2026 e 2037, não exigem garantias reais e não são conversíveis em ações ou em participações societárias.

Em 31 de março de 2025, não ocorreram inadimplementos (default), quebra de covenants (breaches) ou alterações adversas em cláusulas que resultassem na alteração dos termos de pagamentos dos contratos de empréstimos e financiamentos. Não houve alteração nas garantias requeridas em relação a 31 de dezembro de 2024. A Petrobras garante, de modo integral, incondicional e irrevogável, os global notes emitidos no mercado de capitais por sua subsidiária integral PGF e os contratos de empréstimos de sua subsidiária integral PGF.

23.2. Movimentação

			Consolidado
	País	Exterior	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	34.446	108.980	143.426
Captações	2.991	18	3.009
Amortizações de principal ⁽¹⁾	(1.135)	(829)	(1.964)
Amortizações de juros ⁽¹⁾	(657)	(2.162)	(2.819)
Encargos incorridos no período ⁽²⁾	943	1.730	2.673
Variações monetárias e cambiais	100	(486)	(386)
Ajuste acumulado de conversão	-	(7.088)	(7.088)
Saldo de 31 de março de 2025	36.688	100.163	136.851



			Consolidado
	País	Exterior	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	29.483	109.948	139.431
Captações	8	-	8
Amortizações de principal ⁽¹⁾	(713)	(3.598)	(4.311)
Amortizações de juros ⁽¹⁾	(656)	(2.095)	(2.751)
Encargos incorridos no período ⁽²⁾	620	1.982	2.602
Variações monetárias e cambiais	282	228	510
Ajuste acumulado de conversão	_	3.098	3.098
Saldo de 31 de março de 2024	29.024	109.563	138.587

⁽¹⁾ Inclui pré-pagamentos.

23.3. Reconciliação com os fluxos de caixa das atividades de financiamento - Consolidado

			2025			2024
			Jan-Mar			Jan-Mar
		Amortiza-			Amortiza-	
		ções de	Amortiza-		ções de	Amortiza-
	Captações	Principal	ções de Juros	Captações	Principal	ções de Juros
Movimento em financiamentos	3.009	(1.964)	(2.819)	8	(4.311)	(2.751)
Depósitos vinculados ⁽¹⁾	-	(813)	(129)	-	(695)	(181)
Depositos vineatados						

⁽¹⁾ Valores depositados para pagamento de obrigações relativas a financiamentos captados junto ao China Development Bank, com liquidações semestrais em junho e dezembro.

No período de janeiro a março de 2025, a companhia:

- liquidou diversos empréstimos e financiamentos, no valor de R\$ 5.725; e
- captou R\$ 3.009, destacando-se uma operação de longo prazo no valor de R\$ 2.979 no mercado bancário nacional.

23.4. Informações resumidas sobre os financiamentos (passivo circulante e não circulante)

								Consolidado
						2030		
Vencimento em	2025	2026	2027	2028	2029	em diante	Total ⁽¹⁾	Valor justo
Financiamentos em Dólares (US\$):	11.550	8.392	12.318	8.891	4.169	48.033	93.353	91.802
Indexados a taxas flutuantes ⁽²⁾	10.670	6.434	8.430	3.004	826	1.632	30.996	
Indexados a taxas fixas	880	1.958	3.888	5.887	3.343	46.401	62.357	
Taxa média a.a.	6,2%	6,4%	5,8%	5,4%	6,1%	6,6%	6,4%	
Financiamentos em Reais (R\$):	816	2.884	710	681	5.133	24.746	34.970	32.024
Indexados a taxas flutuantes ⁽³⁾	741	706	181	181	181	21.779	23.769	
Indexados a taxas fixas	75	2.178	529	500	4.952	2.967	11.201	
Taxa média a.a.	9,0%	10,5%	10,6%	10,7%	10,6%	8,8%	9,8%	
Financiamentos em Euro (€):	73	11	-	764	136	2.221	3.205	3.196
Indexados a taxas fixas	73	11	-	764	136	2.221	3.205	
Taxa média a.a.	4,6%	4,6%	-	4,6%	4,7%	4,7%	4,6%	
Financiamentos em Libras (£):	59	41	-	-	2.172	3.051	5.323	5.201
Indexados a taxas fixas	59	41	-	-	2.172	3.051	5.323	
Taxa média a.a.	6,1%	6,1%	-	-	6,1%	6,6%	6,3%	
Total em 31 de março de 2025	12.498	11.328	13.028	10.336	11.610	78.051	136.851	132.223
Taxa média a.a.	6,9%	7,4%	7,1%	7,1%	7,6%	6,7%	6,9%	-
Total em 31 de dezembro de 2024	15.887	11.538	14.023	11.096	11.019	79.863	143.426	137.549
Taxa média a.a.	7,0%	7,4%	7,1%	6,9%	7,3%	6,6%	6,8%	

⁽¹⁾ Em 31 de março de 2025, o prazo médio ponderado de vencimento dos financiamentos é de 12,19 anos (12,52 anos em 31 de dezembro de 2024).

⁽²⁾ Inclui apropriações de ágios, deságios e custos de transações associados.

⁽²⁾ Operações com indexador variável + spread fixo.

⁽³⁾ Operações com indexador variável + spread fixo, conforme aplicável.

Em 31 de março de 2025, os valores justos dos financiamentos são principalmente determinados pela utilização de:

- Nível 1 preços cotados em mercados ativos, quando aplicável, no valor de R\$ 65.054 (R\$ 69.193, em 31 de dezembro de 2024); e
- Nível 2 método de fluxo de caixa descontado pelas taxas spot interpoladas dos indexadores (ou proxies) dos respectivos financiamentos, observadas às moedas atreladas, e pelo risco de crédito da Petrobras, no valor de R\$ 67.169 (R\$ 68.356, em 31 de dezembro de 2024).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial é apresentada na nota explicativa 26.4.1.

O fluxo nominal (não descontado) de principal e juros dos financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

								Consolidado
						2030		
Vencimento	2025	2026	2027	2028	2029	em diante	31.03.2025	31.12.2024
Principal	10.572	11.181	13.327	11.011	11.936	80.790	138.817	145.353
Juros	6.809	9.334	8.232	7.185	6.916	82.195	120.671	126.247
Total ⁽¹⁾	17.381	20.515	21.559	18.196	18.852	162.985	259.488	271.600

⁽¹⁾ O fluxo nominal dos arrendamentos encontra-se na nota explicativa 24.

23.5. Linhas de crédito

						31.03.2025
		Data da				
Empresa	Instituição financeira	abertura	Prazo	Contratado	Utilizado	Saldo
No exterior (Valores em US\$ milhões)						
PGT BV (1)	Sindicato de Bancos	16/12/2021	16/11/2026	5.000	-	5.000
PGT BV	Sindicato de Bancos	27/03/2019	27/02/2026	2.050	-	2.050
Total				7.050	-	7.050
No país						_
Petrobras (2)	Banco do Brasil	23/03/2018	26/09/2030	2.000	-	2.000
Petrobras (3)	Banco do Brasil	04/10/2018	04/09/2029	4.000	-	4.000
Transpetro	Caixa Econômica Federal	23/11/2010	Indefinido	329	-	329
Total				6.329	-	6.329

⁽¹⁾ Em 08 de abril de 2024, houve redução de parte da linha de crédito compromissada (*Revolving Credit Facility*) para US\$ 4.110 milhões, ante US\$5.000 milhões contratados em 2021. Dessa forma, US\$5.000 milhões estarão disponíveis para saque até 16 de novembro de 2026 e US\$ 4.110 milhões estarão disponíveis para saque entre 16 de novembro de 2026 e 16 de novembro de 2028.

24. Arrendamentos

Os arrendamentos incluem, principalmente, unidades de produção de petróleo e gás natural, sondas de perfuração e outros equipamentos de exploração e produção, navios, embarcações de apoio, helicópteros, terrenos e edificações. A movimentação dos contratos de arrendamento reconhecidos como passivos está demonstrada a seguir:

			Consolidado
	Arrendadores	Arrendadores	
	no país	no exterior	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	33.959	196.082	230.041
Remensuração/Novos contratos	2.303	25.404	27.707
Pagamentos de principal e juros	(3.393)	(8.844)	(12.237)
Encargos incorridos no período	688	2.986	3.674
Variações monetárias e cambiais	(1.317)	(14.339)	(15.656)
Ajuste acumulado de conversão	-	(66)	(66)
Saldo em 31 de março de 2025	32.240	201.223	233.463
Circulante	•		50.764
Não Circulante			182.699



⁽²⁾ Em 27 de dezembro de 2024, foi aditado o contrato da linha de crédito com o Banco do Brasil de R\$ 2 bilhões, alongando o prazo para 26 de setembro de 2030.

⁽³⁾ Em 18 de junho de 2024, houve renovação da linha de crédito com o Banco do Brasil alongando seu prazo para 04 de setembro de 2029 e aumentando seu valor de R\$ 2 bilhões para R\$ 4 bilhões.

			Consolidado
	Arrendadores	Arrendadores	
	no país	no exterior	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	32.883	130.748	163.631
Remensuração/Novos contratos	2.197	6.589	8.786
Pagamentos de principal e juros ⁽¹⁾	(3.484)	(5.968)	(9.452)
Encargos incorridos no período	693	2.051	2.744
Variações monetárias e cambiais	458	4.171	4.629
Ajuste acumulado de conversão	-	30	30
Saldo em 31 de março de 2024	32.747	137.621	170.368
Circulante			37.246
Não Circulante			133.122

⁽¹⁾ A Demonstração dos Fluxos de Caixa contempla R\$ 52 referente movimentação de passivos mantidos para venda.

Em 31 de março de 2025, o valor do passivo de arrendamento da Petrobras Controladora é de R\$ 240.109 (R\$ 237.578 em 31 de dezembro de 2024), incluindo arrendamentos e subarrendamentos com empresas investidas, principalmente da Transpetro.

O fluxo nominal (não descontado) sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, por vencimento, é apresentado a seguir:

							Consolidado
						2030 em	
Vencimento em	2025	2026	2027	2028	2029	diante	Total
Valor nominal em 31 de março de 2025	40.762	43.029	32.978	23.368	18.870	194.714	353.721
Valor nominal em 31 de dezembro de 2024	54.719	38.027	29.824	21.527	17.991	179.217	341.305

Em determinados contratos, há pagamentos variáveis e prazos inferiores a 1 ano que são reconhecidos como despesa:

		Consolidado
	2025	2024
	Jan-Mar	Jan-Mar
Pagamentos variáveis	1.359	1.333
Prazo inferior a 1 ano	10	154
Pagamentos variáveis em relação a pagamentos fixos	11%	14%

Em 31 de março de 2025, o valor nominal de contratos de arrendamento que ainda não tinham sido iniciados, em função dos ativos relacionados estarem em construção ou não terem sido disponibilizados para uso, representam o montante de R\$ 358.087 (R\$ 402.710 em 31 de dezembro de 2024).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial é apresentada na nota explicativa 26.4.1.

25. Patrimônio líquido

25.1. Capital subscrito e integralizado

Em 31 de março de 2025, o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 205.432 está representado por 12.888.732.761 ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

		31.03.2025		31.12.2024
		Quantidades de		Quantidades de
	Valor	ações	Valor	ações
Ordinárias	118.621	7.442.231.382	117.208	7.442.454.142
Preferenciais	86.811	5.446.501.379	88.224	5.602.042.788
Total de ações subscritas e integralizadas	205.432	12.888.732.761	205.432	13.044.496.930

As ações preferenciais têm prioridade no caso de reembolso do capital, não asseguram direito de voto e não são conversíveis em ações ordinárias.

Em 29 de janeiro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento do total de 155.764.169 ações em tesouraria, sem redução do capital social, sendo 155.541.409 ações preferenciais e 222.760 ações ordinárias. Os efeitos do cancelamento das ações no patrimônio líquido foram refletidos nas reservas de capital (R\$ 7) e de retenção de lucros (R\$ 5.563), em contrapartida à conta de ações em tesouraria, sem redução do capital social.

Em 16 de abril de 2025, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) aprovou a proposta de atualização do Estatuto Social da companhia para refletir essa nova quantidade de ações.

25.2. Reservas de lucros

O quadro a seguir demonstra a composição das reservas de lucros:

							Controladora
			Estatutárias				
		Custeio dos				Dividendos	
		programas de	Remuneração	Incentivos	Retenção de	adicionais	
	Legal	P&D	do capital	fiscais	lucros	propostos	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2024	11.086	10.272	43.871	7.499	42.023	14.204	158.955
Saldos em 31 de março de 2024	11.086	10.272	43.871	7.499	42.023	14.204	158.955
Saldos em 1° de janeiro de 2025	11.086	10.272	-	8.289	26.185	9.145	94.977
Cancelamento das ações em tesouraria	-	-	-	-	(5.563)	-	(5.563)
Saldos em 31 de março de 2025	11.086	10.272	-	8.289	20.622	9.145	89.414

25.3. Remuneração aos acionistas

Dividendos relativos ao exercício de 2024

Em 16 de abril de 2025, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) aprovou os dividendos relativos ao exercício de 2024, no montante de R\$ 73.906, correspondendo a R\$ 5,73413520 por ação preferencial e ordinária em circulação. Esse valor inclui as antecipações de remuneração aos acionistas, atualizadas monetariamente pela variação da taxa Selic desde a data do pagamento até 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 64.761, e o dividendo complementar de R\$ 9.145 que, em 31 de dezembro de 2024, está destacado no patrimônio líquido como dividendo adicional proposto.

Os dividendos complementares de R\$ 9.145, equivalentes a R\$ 0,70954522 por ação preferencial e ordinária em circulação, foram reclassificados do patrimônio líquido para o passivo na data da aprovação da AGO e serão pagos em duas parcelas, nos dias 20 de maio e 20 de junho de 2025 com a atualização pela taxa Selic de 31 de dezembro de 2024 até a data de cada pagamento.

Dividendos a pagar

Em 31 de março de 2025, não há saldo de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) a pagar aos acionistas da controladora, conforme demonstrado na movimentação abaixo.

		Controladora
	2025	2024
	Jan-Mar	Jan-Mar
Movimentação dos dividendos a pagar		
Saldo inicial	16.334	16.947
Pagamento	(16.587)	(17.182)
Atualização monetária	370	336
Transferências (dividendos não reclamados)	(66)	(67)
IRRF sobre JCP e atualização monetária ⁽¹⁾	(51)	(34)
Saldo final	-	-

(1) Inclui IRRF sobre JCP deliberados em 2024 de R\$ 14 e sobre atualização monetária dos dividendos pagos em 2025 de R\$ 37.



No período de janeiro a março de 2025, a Petrobras realizou os seguintes desembolsos de dividendos:

				IRRF s/		
	Data de	Provento	Atualização	atualização [Dividendos não	Total
Eventos	pagamento	deliberado	monetária	monetária	reclamados	pago
Dividendos e JCP do 3º trimestre de 2024 - Primeira parcela ⁽¹⁾	20/02/2025	7.773	147	(15)	(48)	7.857
Dividendos e JCP do 3º trimestre de 2024 - Segunda parcela (2)	20/03/2025	8.547	223	(22)	(26)	8.722
Pagamentos residuais de dividendos de exercícios anteriores		-	-	-	8	8
Total		16.320	370	(37)	(66)	16.587

⁽¹⁾ Valor bruto deliberado de R\$ 8.559, líquido de IRRF sobre JCP de R\$ 786 recolhido em 2025.

Dividendos não reclamados

Em 31 de março de 2025, o saldo dos dividendos não reclamados pelos acionistas da Petrobras representa R\$ 1.774 (R\$ 1.708 em 31 de dezembro de 2024) registrado em outros passivos circulantes, conforme nota explicativa 16. O pagamento desses dividendos não foi efetivado pela existência de pendências cadastrais de responsabilidade dos acionistas junto ao banco custodiante das ações da companhia.

		Controladora
	2025	2024
	Jan-Mar	Jan-Mar
Movimentação dos dividendos não reclamados		
Saldo inicial	1.708	1.630
Prescrição	-	(2)
Transferências (dividendos a pagar)	66	67
Saldo final	1.774	1.695

25.4. Resultado por ação

	Consolidad	do e Controladora
	2025	2024
	Jan-Mar	Jan-Mar
Numerador básico e diluído - Lucro atribuível aos acionistas da Petrobras atribuído igualmente entre as classes de ações		
Lucro líquido do período		
Ordinárias	20.330	13.652
Preferenciais	14.879	10.048
	35.209	23.700
Denominador básico e diluído - Média ponderada da quantidade de ações em circulação (nº de ações)		
Ordinárias	7.442.231.382	7.442.231.382
Preferenciais	5.446.501.379	5.477.508.412
	12.888.732.761	12.919.739.794
Lucro basico e diluido por ação (K\$ por ação)		
Lucro básico e diluído por ação (R\$ por ação) Ordinárias	2,73	1,83

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro do período atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. A variação na média ponderada da quantidade de ações em circulação de 2024 é decorrente do Programa de Recompra de Ações (ações preferenciais) da companhia encerrado em 4 de agosto de 2024, cujas ações foram canceladas em janeiro de 2025, conforme nota explicativa 25.1.

O resultado da ação diluído é calculado ajustando o lucro e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações).

Os resultados apurados, básico e diluído, apresentam o mesmo valor por ação em virtude de a Petrobras não possuir ações potenciais.



⁽²⁾ Valor bruto deliberado de R\$ 8.559, líquido de IRRF sobre JCP de R\$ 12 recolhido em 2025.

26. Gerenciamento de riscos financeiros

A Petrobras está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, tais como o risco relacionado aos preços de petróleo e derivados, às taxas cambiais e de juros, risco de crédito e de liquidez. A gestão de riscos corporativos insere-se no compromisso da companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nos países onde atua.

A companhia apresenta análise de sensibilidade no horizonte de aplicação de 1 ano, com exceção das operações com derivativos de commodities, para as quais é aplicado horizonte de 3 meses, em virtude da característica de curto prazo dessas transações.

Os efeitos dos instrumentos financeiros derivativos e do hedge accounting são demonstrados a seguir:

26.1. Demonstração de resultado

		Consolidado
	Ganho/(Perda) reco	
		período
	2025	2024
	Jan-Mar	Jan-Mar
Risco cambial		
Cross currency Swap - CDI x US\$ - 26.4.1 (b)	162	(5)
Outros derivativos	(1)	-
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações - 26.4.1 (a)	(4.228)	(3.452)
Risco de taxa de juros		
Swap - IPCA X CDI - 26.4.1 (b)	68	(100)
Reconhecido em Resultado Financeiro	(3.999)	(3.557)
Risco de preço (derivativos de commodities)		
Reconhecido em Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	10	25
Total	(3.989)	(3.532)

O efeito no resultado dos derivativos reflete as operações em aberto e as operações encerradas ao longo do período.

26.2. Demonstração de resultados abrangentes

		Consolidado
	Ganho/(Perda) reco	
		período
	2025	2024
	Jan-Mar	Jan-Mar
Hedge accounting		
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações - 26.4.1 (a)	33.168	(6.514)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(11.277)	2.215
Total	21.891	(4.299)

26.3. Balanço patrimonial

Ativos e passivos

		Consolidado
	31.03.2025	31.12.2024
Valor justo da posição Ativa (Passiva)		
Operações com derivativos em aberto	(244)	(624)
Operações com derivativos encerradas e não liquidadas financeiramente	(71)	6
Total reconhecido no balanço patrimonial	(315)	(618)
Outros ativos (nota explicativa 16)	508	181
Outros passivos (nota explicativa 16)	(823)	(799)



O detalhamento das posições com derivativos em aberto mantidas pela companhia, que representa sua exposição a riscos, está apresentado a seguir:

Consolidado **Valor Justo** Hierarquia do Valor nocional Posição Ativa (Passiva) Vencimento valor justo 31.03.2025 31.12.2024 31.03.2025 31.12.2024 Derivativos não designados como Hedge accounting Risco cambial Cross currency swap - CDI x US\$ (1) US\$ 488 US\$ 488 (559)(650)2029 Nível 2 Contrato a termo - Venda/Câmbio (BRL/USD) (1) US\$ 8 US\$ 20 Nível 2 2025 Risco de taxa de juros Swap - IPCA X CDI 3.008 3.008 283 108 Nível 2 2029/2034 Risco de preço Contratos Futuros - petróleo e derivados (2) (201)(1.450)31 (83) 2025 Nível 1 Swap - Óleo de soja ⁽³⁾ Nível 2 2025 (244) (624) Total de operações com derivativos em aberto

Operações com derivativos comerciais exigem garantias, registradas em outros ativos e passivos:

		Consolidado
	Garantias dadas (ı	recebidas) como
		colaterais
	31.03.2025	31.12.2024
Derivativos de commodities	229	426

Patrimônio líquido

		Consolidado
	Perda acumulada em ou resultados abrange	
	31.03.2025	31.12.2024
Hedge accounting		
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações - 26.4.1 (a)	(64.926)	(98.094)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.076	33.353
Total	(42.850)	(64.741)

26.4. Risco de mercado

26.4.1. Gerenciamento de risco cambial

a) Hedge de fluxo de caixa envolvendo as exportações futuras da companhia

A companhia utiliza o *hedge accounting* para o risco decorrente das variações cambiais de "exportações futuras altamente prováveis" (item protegido) e as variações cambiais de proporções de certas obrigações em dólares (instrumentos de proteção).

Os valores de referência, a valor presente, dos instrumentos de proteção em 31 de março de 2025, além da expectativa de reclassificação para o resultado do saldo da variação cambial acumulada no patrimônio líquido em períodos futuros, tomando como base uma taxa R\$/US\$ de 5,7422, são apresentados a seguir:

⁽¹⁾ Valores em US\$ (dólares) representam milhões das respectivas moedas.

⁽²⁾ Valor nocional em mil bbl.

⁽³⁾ Valor nocional em mil toneladas (operações da controlada PBIO).

Valor de referência (a valor presente) dos instrumentos de proteção em 31 de março de 2025

				proteção em 51 de n	,
Instrumento de hedge	Objeto de <i>hedge</i>	Tipo de risco protegido	Período de proteção	US\$ milhões	R\$
Variações cambiais de proporções de	Variações cambiais das				
fluxos de caixa de instrumentos	exportações mensais futuras	Cambial - taxa Spot	De abr/2025 a		
financeiros não derivativos	altamente prováveis	R\$ x US\$	mar/2035	68.787	394.986
Movimentação do valor de referência (US\$ milhões	R\$
Designação em 31 de dezembro de 2024				65.900	408.073
Novas designações, revogações e rec	designações			8.842	51.444
Realização por exportações				(2.757)	(16.364)
Amortização de endividamento				(3.198)	(18.748)
Variação cambial				_	(29.419)
Designação em 31 de março de 2025				68.787	394.986
Valor nominal dos instrumentos de hec	dge (financiamentos e passivos de a	arrendamento) designado	s em 31 de março		
de 2025				90.414	519.177

No período de janeiro a março de 2025, foi reconhecido um ganho cambial de R\$ 479 referente à inefetividade na linha de variação cambial (perda cambial de R\$ 39 no período de janeiro a março de 2024).

As exportações futuras designadas como objetos de proteção nas relações de *hedge* de fluxo de caixa representam, em média, 74,37% das exportações futuras altamente prováveis.

A seguir é apresentada a variação cambial acumulada, registrada no patrimônio líquido, a ser realizada pelas exportações futuras:

	2025	2024
	Jan-Mar	Jan-Mar
Saldo inicial	(98.094)	(28.833)
Reconhecido no patrimônio líquido	28.940	(9.966)
Transferido para resultado por realização	4.228	3.452
Outros resultados abrangentes	33.168	(6.514)
Saldo final	(64.926)	(35.347)

Alterações das expectativas de realização de preços e volumes de exportação em futuras revisões dos planos de negócios podem vir a determinar necessidade de reclassificações adicionais de variação cambial acumulada no patrimônio líquido para resultado. Uma análise de sensibilidade com preço médio do petróleo Brent mais baixo em US\$ 10/barril que o considerado na última revisão do PN 25-29, não indicaria a necessidade de reclassificação da variação cambial registrada no patrimônio líquido para o resultado.

A expectativa anual de realização do saldo de variação cambial acumulada no patrimônio líquido em 31 de março de 2025 é demonstrada a seguir:

							Consolidado
						2030 em	
	2025	2026	2027	2028	2029	diante	Total
Expectativa de realização	(9.705)	(13.513)	(14.099)	(10.319)	(8.601)	(8.689)	(64.926)

b) Instrumentos financeiros derivativos não designados como hedge accounting

A Petrobras contratou em 2019 operações de derivativos com o objetivo de se proteger de exposição decorrente da 1ª série da 7ª emissão de debêntures, com operações de swap de juros IPCA x CDI, com vencimento em setembro de 2029 e setembro de 2034, e operações de cross-currency swap CDI x Dólar, com vencimentos em setembro de 2024 e setembro de 2029. Em setembro de 2024, o valor nocional do cross-currency swap vencido foi de US\$ 241 milhões.

A metodologia utilizada para cálculo do valor justo desta operação de swap consiste em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato e as projeções das curvas de DI, cupom IPCA e cupom cambial, descontando a valor presente pela taxa livre de risco. As curvas são obtidas na Bloomberg com base nos contratos futuros negociados na bolsa.

Em seguida, a marcação a mercado é ajustada ao risco de crédito das instituições financeiras, que não é relevante em volume financeiro, considerando que a companhia utiliza bancos de primeira linha.

Alterações das curvas futuras de juros (CDI) podem trazer impactos no resultado da companhia, em função do valor de mercado desses contratos de swap. Na elaboração da análise de sensibilidade nas curvas futuras de taxa de juros, o choque paralelo nesta curva foi estimado em função do prazo médio de vencimento dos *swaps* e da metodologia sobre o horizonte de aplicação da sensibilidade, citada anteriormente, que resultou em impacto de 594 BP (basis points) na taxa de juros estimada. O efeito desta análise de sensibilidade, mantendo-se todas as demais variáveis constantes, está apresentada na tabela a seguir:

	Consolidado
	Cenário
	razoavelmente
Instrumento	possível
Swap CDI x US\$	(67)

c) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial

As análises de sensibilidade abrangem apenas a variação cambial e mantém todas as demais variáveis constantes. O cenário considerado provável é referenciado por fonte externa, boletim Focus e Thomson Reuters, com base no câmbio previsto para o fechamento do próximo ano, conforme a seguir:

- Dólar x real desvalorização do real em 2,75%;
- Euro x dólar desvalorização do euro em 1,9%; e
- Libra x dólar desvalorização da libra em1,4%.

O cenário razoavelmente possível possui as mesmas referências e considera a desvalorização de 20% do câmbio de fechamento do trimestre (risco) em relação à moeda de referência durante o período analisado à exceção dos saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira de controladas no exterior, quando realizados em moeda equivalente às suas respectivas moedas funcionais.

					Consolidado
			Exposição	Cenário	Cenário razoavelmente
Risco	Instrumentos	Em milhões de US\$	R\$	provável	possível
Dólar / real	Ativos	4.958	28.469	782	5.694
	Passivos	(114.681)	(658.523)	(18.097)	(131.705)
	Câmbio - cross currency swap	(488)	(2.804)	(77)	(561)
	Hedge de fluxo de caixa sobre exportações	68.787	394.986	10.855	78.997
	Dólar/real	(41.424)	(237.872)	(6.537)	(47.575)
Euro / dólar	Ativos	981	5.631	107	1.126
	Passivos	(1.578)	(9.062)	(172)	(1.812)
	Euro/dólar	(597)	(3.431)	(65)	(686)
Libra / dólar	Ativos	939	5.394	76	1.079
	Passivos	(1.853)	(10.642)	(149)	(2.128)
	Libra/dólar	(914)	(5.248)	(73)	(1.049)
Outros (1)	Ativos	18	105	30	(15)
	Passivos	(52)	(296)	(13)	(59)
	Outros	(34)	(191)	17	(74)
Total		(42.969)	(246.742)	(6.658)	(49.384)

(1) Libra/real, Euro/real e Peso/dólar.

26.4.2. Gerenciamento de risco de preços - petróleo, derivados e outras commodities

A Petrobras tem preferência pela exposição ao ciclo de preços à realização sistemática de proteção das operações de compra ou venda de mercadorias, cujo objetivo seja atender suas necessidades operacionais, com utilização de instrumentos financeiros derivativos. Entretanto, condicionada à análise do ambiente de negócios e das perspectivas de realização do Plano de Negócios, a execução de estratégia de proteção ocasional com derivativos pode ser aplicável.

A companhia, utilizando seus ativos, posições e conhecimento proprietário e de mercado oriundos de suas operações no Brasil e no exterior, busca capturar oportunidades de mercado por meio de compra e venda de petróleo e derivados, as quais podem ocasionalmente ser otimizadas com a utilização de instrumentos derivativos de commodities para gestão do risco de preço, de forma segura e controlada.

Na análise de sensibilidade dos derivativos de commodities, o cenário provável utiliza referências externas à companhia, de amplo uso no apreçamento de cargas no mercado de petróleo, derivados e gás natural, que levam em consideração o preço de fechamento do ativo em 31 de março de 2025, e desta forma, considera-se que não há variação do resultado das operações em aberto nesse cenário. O razoavelmente possível reflete o efeito potencial no resultado das operações em aberto, considerando uma variação no preço de fechamento igual a 20%. Para simular os cenários mais desfavoráveis, a variação foi aplicada para cada grupo de produto de acordo com a posição das operações em aberto: queda de preço para posições compradas e alta para posições vendidas.

			Consolidado
			Cenário razoavelmente
Di	0	Consists according	
Risco	Operações	Cenário provável	possível
Derivativos não designados como Hedge accounting			
Petróleo e Derivados - Flutuação dos Preços	Contratos Futuros e a Termo (Swap)	-	(506)
Óleo de soja - Flutuação dos Preços	Contratos Futuros e a Termo (Swap)	-	-
Câmbio - Desvalorização do R\$ frente ao US\$	Contratos a termo	-	(5)
Total		-	(511)

As posições com derivativos de commodities estão apresentadas na nota explicativa 26.3.

26.4.3. Gerenciamento de risco de taxa de juros

A companhia preferencialmente não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar a exposição às flutuações das taxas de juros, pois não acarretam impactos relevantes, exceto em situações específicas apresentadas por controladas da Petrobras.

Na análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, o cenário provável significa o valor a ser desembolsado pela Petrobras com o pagamento de juros referentes às dívidas com taxa de juros flutuantes em 31 de março de 2025. O valor do cenário razoavelmente possível significa o desembolso caso ocorra uma variação de 40% nessas taxas de juros, mantendo-se todas as demais variáveis constantes.

Risco	Cenário provável	Cenário razoavelmente possível
SOFR 3M ⁽¹⁾	511	662
SOFR 6M (1)	425	504
SOFR O/N (1)	806	1.128
CDI	2.967	4.153
TR	25	35
TJLP	336	470
IPCA	400	560
Total	5.470	7.512

(1) Representa a Secured Overnight Funding Rate.



26.5. Gerenciamento de risco de liquidez

A possibilidade de insuficiência de caixa, para liquidar as obrigações nas datas previstas, é gerenciada pela companhia rotineiramente. O risco de liquidez também é mitigado ao se definir parâmetros de referência para a gestão do caixa e das aplicações financeiras e ao analisar periodicamente os riscos do fluxo de caixa projetado, quantificando por meio de simulações de Monte Carlo os seus principais fatores de risco, tais como preço de petróleo, taxa de câmbio, preços internacionais de gasolina e diesel, entre outros. Dessa forma, é possível dimensionar a necessidade de disponibilidades financeiras para a continuidade operacional e a execução do Plano de Negócios.

Nesse contexto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Petrobras mesmo que apresentem capital circulante líquido negativo, não comprometem a sua liquidez.

Adicionalmente, a companhia mantém linhas de crédito compromissadas (*revolving credit facilities*) contratadas como reserva de liquidez em situações adversas, conforme nota explicativa 23.5, e avalia regularmente as condições do mercado e pode realizar transações de recompra de seus títulos ou de suas subsidiárias no mercado de capitais internacional, por diversos meios, incluindo ofertas de recompra, resgates de títulos e/ou operações em mercado aberto, desde que estejam em linha com a estratégia de gerenciamento de passivos da companhia, que visa a melhoria do perfil de amortização e do custo da dívida.

Os fluxos de caixa esperados dos financiamentos, passivo de arrendamento da companhia são apresentados nas notas explicativas 23.4 e 24, respectivamente.

26.6. Gerenciamento de risco de crédito

A política de gestão de risco de crédito visa minimizar a possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras e de contrapartes, mediante análise, concessão e gerenciamento dos créditos, utilizando parâmetros quantitativos e qualitativos adequados a cada um dos segmentos de mercado de atuação.

Em 31 de março de 2025, os ativos financeiros de caixa e equivalentes de caixa e de títulos e valores mobiliários não estão vencidos e não têm evidências de perdas de crédito material no período de janeiro a março de 2025. Tais ativos possuem valores justos equivalentes que não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O efeito das avaliações do risco de crédito das contas a receber de clientes está disponível nas notas explicativas 9.2 e 9.3, que apresentam as perdas de crédito esperadas.

27. Partes relacionadas

A companhia possui uma política de Transações com Partes Relacionadas revisada e aprovada pelo Conselho de Administração, conforme disposto no Estatuto Social da Petrobras.

A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da administração da companhia.



27.1. Transações comerciais por operação com empresas do sistema (controladora)

		M~	31.03.2025		N.~	31.12.2024
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Contas a receber						
Contas a receber, principalmente por vendas	14.780	75	14.855	30.075	100	30.175
Dividendos a receber	322	-	322	363	-	363
Valores vinculados à construção de gasoduto	-	778	778	-	887	887
Outras operações	36	235	271	38	251	289
Adiantamentos a fornecedores	120	1.402	1.522	133	1.409	1.542
Total	15.258	2.490	17.748	30.609	2.647	33.256
Passivo						
Arrendamentos (1)	(2.772)	(901)	(3.673)	(2.464)	(1.748)	(4.212)
Operações de mútuo	(1.220)	(99.626)	(100.846)	(763)	(111.782)	(112.545)
Pré pagamento de exportação	(70.375)	(243.147)	(313.522)	(57.300)	(288.871)	(346.171)
Fornecedores (nota explicativa 11)	(8.424)	-	(8.424)	(9.461)	-	(9.461)
Compras de petróleo, derivados e outras	(7.332)	-	(7.332)	(8.463)	-	(8.463)
Afretamento de plataformas	(277)	-	(277)	(333)	-	(333)
Adiantamentos de clientes	(815)	-	(815)	(616)	-	(616)
Outros	-	-	_	(49)	-	(49)
Total	(82.791)	(343.674)	(426.465)	(69.988)	(402.401)	(472.389)

⁽¹⁾ Inclui valores referentes às operações de arrendamentos e subarrendamentos com empresas do sistema requeridos pelo IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

	2025 Jan-Mar	2024 Jan-Mar
Resultado		
Receitas, principalmente de vendas	33.721	32.455
Variações monetárias e cambiais líquidas ⁽²⁾	14.820	(5.896)
Receitas (despesas) financeiras líquidas ⁽²⁾	(8.568)	(5.919)
Total - Receitas (Despesas)	39.973	20.640

⁽²⁾ Inclui os valores de R\$ 78 de variação cambial ativa e R\$ 82 de despesa financeira referentes às operações de arrendamentos e subarrendamentos requeridos pelo IFRS 16 / CPC 06 (R2) (R\$ 38 de variação cambial passiva e R\$ 127 de despesa financeira para o período de janeiro a março de 2024).

27.2. Taxas anuais de operações de mútuo

		Controladora
		Passivo
	31.03.2025	31.12.2024
De 7,01 a 8%	(39.157)	(42.676)
De 8,01 a 9%	(61.689)	(69.869)
Total	(100.846)	(112.545)

27.3. Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados (FIDC-NP)

A controladora mantém recursos investidos no FIDC-NP que são destinados, preponderantemente, à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por afiliadas. Os valores investidos estão registrados em contas a receber.

As cessões de direitos creditórios, performados e não performados, estão registradas como financiamentos no passivo circulante.

		Controladora
	31.03.2025	31.12.2024
Contas a receber, líquidas (nota explicativa 9.1)	66.862	82.951
Cessões de direitos creditórios (nota explicativa 23.1)	(76.598)	(85.021)

	2025	2024
	Jan-Mar	Jan-Mar
Receita financeira FIDC-NP	2.073	957
Despesa financeira FIDC-NP	(2.076)	(818)
Resultado financeiro	(3)	139

27.4. Garantias

A Petrobras tem como procedimento conceder garantias às suas subsidiárias e controladas para algumas operações financeiras realizadas no Brasil e no exterior. As operações financeiras realizadas por estas subsidiárias e garantidas pela Petrobras apresentam o saldo de R\$ 91.435 a liquidar em 31 de março de 2025 (R\$ 99.132 em 31 de dezembro de 2024).

As garantias oferecidas pela Petrobras, principalmente fidejussórias, não remuneradas, são efetuadas com base em cláusulas contratuais que suportam as operações financeiras entre as subsidiárias/controladas e terceiros, garantindo assunção do cumprimento de obrigação de terceiro, caso o devedor original não o faça.

27.5. Transações com empreendimentos em conjunto, coligadas, entidades governamentais e fundos de pensão

A companhia realiza, e espera continuar a realizar, negócios no curso normal de várias transações com seus empreendimentos em conjunto, coligadas, fundos de pensão, bem como com seu acionista controlador, o governo federal brasileiro, que inclui transações com os bancos e outras entidades sob o seu controle, tais como financiamentos e serviços bancários, gestão de ativos e outras.

As transações significativas resultaram nos seguintes saldos:

				Consolidado
		31.03.2025		31.12.2024
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas				
Empresas do setor petroquímico	401	34	401	8
Outros empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	315	128	325	90
Subtotal	716	162	726	98
Entidades governamentais				
Títulos públicos federais	5.706	_	6.898	-
Bancos controlados pela União Federal	79.198	18.524	74.496	16.563
União Federal ⁽¹⁾	-	1.402	-	6.476
Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA	-	442	-	490
Outros	1.260	997	1.454	529
Subtotal	86.164	21.365	82.848	24.058
Petros	280	1.209	272	1.450
Total	87.160	22.736	83.846	25.606
Circulante	8.876	2.896	9.639	8.557
Não circulante	78.284	19.840	74.207	17.049

(1) Inclui valores de arrendamentos.

A seguir é apresentado o efeito no resultado das transações significativas:

		Consolidado
	2025	2024
	Jan-Mar	Jan-Mar
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas		
Empresas do setor petroquímico	4.751	4.094
Outros empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	65	98
Subtotal	4.816	4.192
Entidades governamentais		
Títulos públicos federais	174	229
Bancos controlados pela União Federal	(262)	78
União Federal	(147)	(140)
Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA	(1.484)	47
Outros	(388)	(31)
Subtotal	(2.107)	183
Petros	(23)	(24)
Total - Receitas (Despesas)	2.686	4.351
Receitas, principalmente de vendas	4.783	4.163
Compras e serviços	-	13
Receitas (despesas) operacionais	(1.870)	(23)
Variações monetárias e cambiais líquidas	(88)	(135)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(139)	333
Total - Receitas (Despesas)	2.686	4.351

O passivo com planos de pensão dos empregados da companhia e geridos pela Fundação Petros, que inclui os instrumentos de dívidas, está apresentado na nota explicativa 13.

27.6. Remuneração dos membros chave da administração

As remunerações totais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Petrobras Controladora têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, e pelo Ministério de Minas e Energia, sendo apresentadas a seguir:

						Controladora
		J	an-Mar/2025			Jan-Mar/2024
	Diretoria	Conselho de		Diretoria	Conselho de	
	Executiva Ad	lministração	Total	Executiva /	Administração	Total
Salários e benefícios	4,3	0,3	4,6	4,2	0,3	4,5
Encargos sociais	1,2	0,1	1,3	1,1	0,1	1,2
Previdência complementar	0,4	-	0,4	0,3	-	0,3
Remuneração total	5,9	0,4	6,3	5,6	0,4	6,0
Remuneração total - pagamento realizado ⁽¹⁾	6,0	0,4	6,4	5,6	0,4	6,0
Número de membros - média mensal no período	9,00	11,00	20,00	9,00	11,00	20,00
Número de membros remunerados - média mensal no período	9,00	8,00	17,00	9,00	7,00	16,00

⁽¹⁾ Inclui em Diretoria Executiva a remuneração variável para os Administradores.

No período de janeiro a março de 2025, a despesa consolidada com a remuneração total de diretores e conselheiros totalizou R\$ 16,56 (R\$ 12,80 no período de janeiro a março de 2024).

A remuneração dos membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração deve ser considerada à parte do limite global da remuneração fixado para os administradores, ou seja, os valores percebidos não são classificados como remuneração dos administradores.

Os membros do Conselho de Administração que participarem dos Comitês de Auditoria Estatutários renunciam à remuneração de Conselheiro de Administração, conforme estabelece o art. 38, § 8°, do Decreto n° 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e fizeram jus a uma remuneração total de R\$ 475 mil no período de janeiro a março de 2025 (R\$ 561 mil, considerando os encargos sociais). No período de janeiro a março de 2024, a remuneração acumulada no período foi de R\$ 462 mil (R\$ 549 mil, considerando os encargos sociais).



Em 16 de abril de 2025, a Assembleia Geral Ordinária fixou a remuneração dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) em até R\$ 47,57 como limite global de remuneração a ser paga no período compreendido entre abril de 2025 e março de 2026 (R\$ 43,21 no período compreendido entre abril de 2024 e março de 2025, fixado em 25 de abril de 2024).

28. Informações complementares à demonstração dos fluxos de caixa

		Consolidado
	2025	2024
	Jan-Mar	Jan-Mar
Valores pagos durante o período		
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	2.488	1.795
Transações que não envolvem caixa		
Aquisição de imobilizado a prazo	2.341	105
Arrendamentos	28.645	9.451
Constituição de provisão para desmantelamento de áreas	34	314
Utilização de créditos fiscais e depósitos judiciais para pagamento de contingência	194	185
Earnout dos campos de Atapu e Sépia	403	237

28.1. Reconciliação da depreciação com demonstração dos fluxos de caixa

		Consolidado
	2025	2024
	Jan-Mar	Jan-Mar
Depreciação e depleção no Imobilizado	22.926	19.489
Amortização no Intangível	169	169
	23.095	19.658
Depreciação de direito de uso - recuperação de PIS/COFINS	(242)	(225)
Parcela capitalizada da depreciação	(3.877)	(2.785)
Depreciação, depleção e amortização na DFC e DVA	18.976	16.648

29. Eventos subsequentes

Dividendos e JCP relativos ao primeiro trimestre de 2025

Em 12 de maio de 2025, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos e JCP intercalares de R\$ 11.718 (R\$ 0,90916619 por ação preferencial e ordinária em circulação), com base nas informações financeiras intermediárias do período findo em 31 de março de 2025, considerando a aplicação da fórmula da Política de Remuneração aos Acionistas, conforme quadro a seguir:

				Controladora
	Data de	Data da		
	aprovação do	posição	Valor por ação	
	CA	acionária	PN e ON (R\$)	Valor
Dividendos intercalares	12.05.2025	02.06.2025	0,30844749	3.975
JCP intercalares	12.05.2025	02.06.2025	0,60071870	7.743
Total dos dividendos e JCP intercalares			0,90916619	11.718

Esses dividendos e JCP serão pagos em duas parcelas iguais de R\$ 5.859, nos dias 20 de agosto de 2025 e 22 de setembro de 2025. Os valores serão atualizados pela variação da taxa Selic, desde a data do efetivo pagamento de cada parcela até o final do exercício social, em 31 de dezembro de 2025, e serão descontados da remuneração que vier a ser distribuída aos acionistas no encerramento do exercício de 2025.



30. Correlação entre as notas explicativas de 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025

		notas explicativas
	Anual	ITR do
Títulos das notas explicativas	de 2024	1T-2025
Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	2	
Práticas contábeis materiais	3	2
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	8	3
Receita de vendas	9	4
Custos e despesas por natureza	10	5
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	11	6
Resultado financeiro líquido	12	7
Informações por Segmento	13	8
Contas a receber	14	9
Estoques	15	10
Fornecedores	16	11
Tributos	17	12
Benefícios a empregados	18	13
Processos judiciais e contingências	19	14
Provisão para desmantelamento de áreas	20	15
Outros ativos e passivos	21	16
Imobilizado	23	17
Intangível	24	18
Redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment)	25	19
Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás	26	20
Vendas de ativos e outras operações com ativos	29	22
Financiamentos	30	23
Arrendamentos	31	24
Patrimônio líquido	32	25
Gerenciamento de riscos	33	26
Partes relacionadas	34	27
Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa	35	28
Eventos subsequentes	36	29

As notas explicativas do relatório anual de 2024, que foram suprimidas no ITR de 31 de março de 2025 pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações financeiras intermediárias, são as seguintes:

Títulos das notas explicativas	Números das notas explicativas
A companhia e suas operações	1
Estimativas contábeis e julgamentos relevantes	4
Mudanças climáticas	5
Novas normas e interpretações	6
Gestão de Capital	7
"Operação Lava Jato" e seus reflexos na companhia	22
Parcerias em atividades de exploração e produção	27

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a presidente e os diretores da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida República do Chile, 65, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob nº 33.000.167/0001-01, declaram que as demonstrações financeiras foram elaboradas nos termos da lei ou do estatuto social e que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as informações financeiras intermediárias da Petrobras do período findo em 31 de março de 2025;
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório de revisão da KPMG Auditores Independentes Ltda., relativamente às informações financeiras intermediárias da Petrobras do período findo em 31 de março de 2025.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2025.

Magda Maria de Regina Chambriard

Presidente

Renata Faria Rodrigues Baruzzi Lopes

Diretora Executiva de Engenharia, Tecnologia e Inovação

Clarice Coppetti

Diretora Executiva de Assuntos Corporativos

Ricardo Wagner de Araújo

Diretor Executivo de Governança e Conformidade

Claudio Romeo Schlosser

Diretor Executivo de Logística, Comercialização e Mercados

Sylvia Maria Couto dos Anjos

Diretora Executiva de Exploração e Produção

Fernando Sabbi Melgarejo

Diretor Executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores

William França da Silva

Diretor Executivo de Processos Industriais e Produtos

Mauricio Tiomno Tolmasquim

Diretor Executivo de Transição Energética e Sustentabilidade



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) — Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Ulysses M. Duarle Magalhães Contador CRC RJ-092095/O-8